UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

HEITHOR ZANINI

O ANO EM QUE A ESQUERDA PERDEU AS RUAS: CRISE DO GOVERNO DILMA EM 2015

BRASÍLIA
2016

HEITHOR ZANINI

O ANO EM QUE A ESQUERDA PERDEU AS RUAS: CRISE DO GOVERNO DILMA EM 2015

Trabalho apresentado na Universidade de Brasília, em 09 de dezembro de 2016, em cumprimento às exigências para obtenção do grau em bacharel em Ciências Sociais, habilitação em Sociologia, sob orientação do prof. Dr. Luís Augusto Sarmento Cavalcanti Gusmão.

BRASÍLIA

2016

HEITHOR ZANINI

O ANO EM QUE A ESQUERDA PERDEU AS RUAS: CRISE DO GOVERNO DILMA EM 2015

Trabalho apresentado na Universidade de Brasília, em 09 de dezembro de 2016, em cumprimento às exigências para obtenção do grau em bacharel em Ciências Sociais, habilitação em Sociologia, sob orientação do prof. Dr. Luís Augusto Sarmento Cavalcanti Gusmão.

BANCA EXAMINADORA:

_____

Prof. Dr. Luís Augusto Sarmento Cavalcanti Gusmão (Orientador)

_____

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (Examinador)

BRASÍLIA

2016

RESUMO

A presente monografia pretende repassar os principais acontecimentos compreendidos no período entre as eleições presidenciais de 2014 e o mês de dezembro de 2015, logo após a aceitação do pedido de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff por parte do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha. É de interesse deste trabalho reconstituir os episódios políticos, econômicos e sociais que marcaram esse espaço de tempo de maneira cronológica para auxiliar o entendimento do período que precedeu o controverso fim do segundo mandato Dilma. A escolha do ano de 2015 se dá em razão de ser o momento histórico em que as opções políticas para a saída da crise institucional ainda não eram definidas para os atores em cena. Por fim, neste texto, procurou-se aproximar dos protagonistas deste processo para elucidar a importância das variáveis conjunturais e pessoais, para além das estruturais.

Palavras-chave: Sociologia política. Crise. *Impeachment*. Dilma Rousseff.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	05
1	**JUNHO DE 2013, O INÍCIO**	11
2	**DAS ELEIÇÕES AO INCENDIAMENTO SOCIAL, O *CRESCENDO***	13
3	**O GOVERNO SITIADO**	29
4	**A REORGANIZAÇÃO DO GOVERNO E A ORGANIZAÇÃO DO *IMPEACHMENT***	40
5	**O FATOR CUNHA**	58
6	**NINGUÉM SABE O QUE TEMER**	67
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
	REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Há poucos meses, abaixo da quitinete onde o presente autor tem passado seus últimos dois anos, uma humilde autointitulada *"lancheteria"* foi aberta. Após uns dias de funcionamento, apesar de não muito interessado no tipo de comida que deveria ser vendida ali, detive-me um instante para dar uma olhada no cardápio. Enquanto olhava as variedades de sanduíches, conversava com o proprietário, que já havia avistado durante os finais de semana, quando os barulhos das furadeiras não mais eram feitos pelas mãos dos pedreiros contratados, mas por ele mesmo.

Na rápida troca de palavras, entre indicações das especialidades da casa e outras amenidades, descobria um sujeito trabalhador, de conversa fácil, na faixa de seus trinta e poucos anos, morador de Águas Claras. Apesar de nunca ter sido fidelizado pelos sanduíches, o açaí de aparência pouco agradável e de preço muito convidativo me dava uma desculpa para passar por lá umas duas vezes por semana e conversar com meu mais novo amigo "*da quadra*" – do momento em que fazia o pedido até a hora de despedir-me e levar aquela iguaria a casa, para continuar os estudos. Nesses dois, três minutos em que esperava meu pedido, estabelecíamos conversas superficiais, porém agradáveis, sobre algum acontecimento do dia, sobre o andamento de sua recém-aberta empresa, ou sobre qualquer coisa que viesse à cabeça, a fim de evitar o silêncio embaraçoso.

Com a assiduidade de minha presença, parecia que aquela impessoal quadra da informática cedia e, assim, autorizava uma exceção no bloco A, no qual tentávamos estabelecer relações de, digamos, comunidade – para resgatar uma categoria durkheimiana. Tendo ambos obtido essa pequena intimidade, outros assuntos menos pasteurizados começaram a surgir, até que, recentemente, chegou a pergunta: "E vem cá, sua monografia é sobre o quê?". A indagação surgia antes mesmo de que ele tivesse feito qualquer comentário sobre a situação política do país, o que me fez demorar uns segundos a responder, como sempre acontece nesses casos.

"Sobre a crise do governo Dilma em 2015", respondi. Em seguida, meu mais novo vizinho do bloco respondeu, animado: "Cara, que legal! Muito legal! Assim... Ia ser legal você fazer algo do tipo: PT! O PT no poder!". Naquele momento, não conseguia ainda entender o motivo da euforia das afirmações, que apontavam para alguém muito convicto da opinião que tinha a respeito do meu partido. Esperava, essa era a minha vontade, estar na frente de um petista, como eu, ou de alguém que reconhecesse os avanços que tivemos no país nos últimos anos. Minha racionalidade, contudo, infelizmente maior que minha vontade, me

preparava para o que provavelmente viria – e veio –, restando apenas torcer para que a intensidade da repulsa ao PT não fosse tão grande, ou tão ácida. De todo modo, respondi educadamente à sua pergunta, explicando que seria interessante estudar todo o período do PT no governo, mas que, por várias razões, isso não seria factível para uma monografia.

O proprietário da lancheteria, técnico em tecnologias da informação, consentiu, ainda que para meu desgosto, já que começava a gostar do açaí de lá, ele se mostrou decidido a continuar com o assunto: "Ah, sim... Mas, então, cursando Sociologia e gostando de política, tu (sic) deve curtir pra caramba o Fernando Henrique, não é?". Chegava, assim, a mais uma das minhas frequentes encruzilhadas pessoais. A partir daquela pergunta, obrigatoriamente, a conversa passaria pela minha filiação partidária. E isso me incomodava. Na hora, pensei o quão lamentável seria deixar de comprar meu açaí de sexta à tarde por causa do "*clima*" que possivelmente seria gerado. Tive de pensar rapidamente também em como segurar minha rejeição ao FHC e a tudo que ele simboliza para a esquerda brasileira, e, de maneira sutil, porém enfática, responder que não, que não o "curtia".

"Não... Na verdade, não. Aliás, eu diria o contrário." Assim que terminei de responder, ele, que digitava na máquina de cartão de crédito o valor a ser cobrado de um cliente ao meu lado, olhou-me quase assustado. Numa mistura de quem pedia desculpas ou uma justificativa para tal fato, exclamou, para logo dizer em voz baixa, quase sem querer saber a resposta: "Sério?! Ué! Você, então, é...".

Nessas horas, caro leitor, e aqui a indicação é por experiência própria, já que o resultado independe da maneira como você expõe, é melhor mostrar-se firme e orgulhoso do que é, de uma vez. Caso contrário, correrá o risco de a pessoa querer convencê-lo de que o filho do Lula é dono da maior empresa brasileira de tomadas de três pinos, como acontecera comigo mais de uma vez. Assim, emendei em seguida: "Sim, sou do PT. Até pouco tempo, fui da direção nacional da juventude, mas agora estou inativo porque tenho de resolver minha vida acadêmica e profissional".

A reação foi a esperada: choque. O cidadão ficou uns cinco segundos sem saber o que dizer; enquanto isso, do meu lado, o outro cliente fitara-me de cima a baixo, decerto aproveitando a oportunidade de ver de perto uma espécie rara de ser encontrada nas zonas urbanas de classe média, especialmente do Plano Piloto. Minha percepção sobre este momento pode ser corroborada por outra história, mais breve, que é a do comentário de um amigo italiano que mora em Brasília há tempo, quando na época das eleições, num café, comentara: "Mas, *frate*, só você que é do PT e gosta da Dilma! Incrível! Tirando você, não conheço ninguém mais!".

Voltando à lancheteria, para a sorte de nós dois o açaí estava nas minhas mãos. Meu mais novo então ex-amigo, depois de sua pausa prolongada, comentou que na verdade não era muito "ligado em política", ainda que gostasse de estar bem informado, e por isso sempre procurava ouvir a *CBN* e assistir à *GloboNews*. Dissemos duas bobagens encerrando o assunto, e parti para continuar meus estudos. Três dias depois voltei para outro açaí. Depois do pedido, antes que eu pudesse perguntar como havia sido o dia, comentando que tinha muitas coisas a solucionar, o proprietário fixou o olhar no computador e se pôs a teclar rapidamente uma lista de pedidos escritos que tinha em um caderno de anotações.

Sistemático que sou, retornei outros três dias depois. Pela primeira vez, foi ele quem buscou o açaí, de forma que tampouco conversamos. Noutra ocasião, a última, falamos sobre a chuva. A impessoalidade da Asa Norte tinha perdido; e a intolerância política, vencido.

Anedotas como essas não só perpassaram a história de vida de vários de nós, mas foram também integrantes e estruturantes das relações sociais da sociedade brasileira nos últimos anos. Isto porque não tiveram lugar unicamente durante os processos eleitorais, quando, ainda que sem justificativa racional plausível, os ânimos se acirram e situações críticas se registram. Episódios de constrangimentos, indisposições, ou mesmo brigas por questões políticas não foram situações isoladas dentro do estrato social da classe média "tradicional" brasileira.

Como o conceito de "classe média" brasileira é ambíguo e há diversas interpretações sobre seu significado, o termo "*tradicional*" refere-se, aqui, àqueles que se autodenominam classe média, mas têm seus filhos nas escolas particulares mais caras da cidade, contam com dois carros na garagem, viajam uma vez por ano à praia ou ao exterior e vivem em bairros nobres. Em outro esforço de localização, pode-se referenciar a amplitude dessa "*classe média tradicional*" nos pais dos alunos de colégios como Marista, Sigma, Galois e Olimpo, por exemplo, em Brasília.

Neste estrato social, a ojeriza ao Partido dos Trabalhadores, e a tudo que a ele remetesse, entrou num *crescendo* a partir do Mensalão, em 2005. Daquele momento em diante, o extraordinário nível de ódio político destes setores instalou-se e nunca arrefeceu. Sempre fora recorrente ouvir críticas preconceituosas, como a de que um analfabeto não poderia governar um país, ou a de que havia sido eleito um presidente que não sabia sequer falar corretamente o português. Entretanto, a estas, somaram-se as acusações de bandidos, ladrões e corruptos aos petistas, muitas vezes resumidas pela expressão "*mensaleiros*", que passou a fazer parte do cotidiano de todo e qualquer simpatizante do PT até hoje. Afinal, o

Partido dos Trabalhadores não só errava, mas também reincidia, alimentando o discurso crítico que recaía sobre ele, e constrangendo cada vez mais sua base de apoio.

Na própria Universidade de Brasília, há inúmeros casos como esses, vindo tanto de setores ditos à esquerda do PT, quanto daqueles declaradamente à direita. Ademais, em todas as disputas eleitorais em que estive envolvido, a acusação de "ser pago pelo PT" ou de "receber dinheiro do governo" era uma tática política usada por qualquer que fosse o adversário na universidade. Nessa esquizofrenia acusatória, certa feita, chegaram a dizer que o PT teria pago um curso de oratória a mim. Neste episódio, datado de 2012, antes que pudesse – como um amigo inocentemente otimista indicou – aceitar aquilo como um elogio, tive de aceitar a derrota: qualquer identificação com o PT subtraía votos. Isto porque sempre vinha acompanhada de alguma crítica de ordem moral, como a acusação de pagamento, neste caso.

Mesmo entre uma classe média tida como progressista, o partido perdeu força regularmente: pelos escândalos de corrupção, sim, mas também pelas alianças políticas com setores fisiológicos da política eleitoral brasileira e pela boa desenvoltura que o PT aprendera a ter dentro desse meio. A legítima lógica de construção de maiorias parlamentares, em determinado momento, passou a se confundir com interesses privados e pouco republicanos do baixo clero da política, e também com um carreirismo social que surgira em torno da esquerda brasileira.

Neste contexto, naquelas eleições, ao abrir as urnas, o resultado expunha a realidade da imagem do Partido dos Trabalhadores: uma chapa inicialmente favorita para a eleição do Centro Acadêmico de Sociologia, ao ser transformada na "*chapa do PT*", desidratou-se até perder as eleições por seis votos para um grupo político historicamente minoritário no curso. Importava derrotar o PT, fosse quem fosse o adversário.

Seria necessário o segundo turno mais acirrado da história da democracia brasileira para que, num curso de Ciências Sociais da UnB (!), o PT deixasse de ser execrado. Depois, as crises de 2015 e o *impeachment* em 2016 abririam espaço para a solidariedade política entre os diversos atores do campo progressista da UnB.

Este sentimento direcionado ao PT misturava política com ódio e se alimentava tanto dos erros como dos acertos do governo e do partido – pois criticava fortemente até os bem-sucedidos programas sociais do governo, tais como Bolsa Família, quotas étnico-sociais nas universidades públicas, Mais Médicos etc. Gradativamente, isto foi se espalhando por outras camadas sociais ao longo dos anos, até atingir seu ápice nos dias anteriores ao *impeachment* de Dilma. Hoje, para se ter ideia, segundo relatado pelo dirigente petista Joaquim Soriano, "há

membros do Sindicato dos Metalúrgicos que acreditam mais na Globo que no jornal do sindicato". O termômetro é claro: o Partido dos Trabalhadores é questionado até no sindicato "*do*" Lula.

De que maneira a situação política se desenvolveu até chegar a esta conjuntura, é uma investigação hercúlea que foge à pretensão deste trabalho. Tem-se, entretanto, como fato inconteste que houve uma aguda crise de legitimidade do PT e de seu campo, o que é *conditio sine qua non* para entender a queda do projeto petista de governo e o crítico ano de 2015 que a precedeu: isso, sim, é objeto do presente texto.

A partir dessa interpretação, é importante que o leitor preste especial atenção no protagonismo da "classe média tradicional" neste processo. Muitas vezes ridicularizada por uma suposta hipocrisia moral e deixada de lado por sua suposta insignificância histórica em momentos de inflexão política, desde 2005, e com mais força a partir de 2013, este setor exerceu importante pressão social, e, como se verá, jogou um papel fundamental para a concretização do *impeachment*, chegando a pautar a oposição parlamentar.

Os erros de grande parte da direção do PT tampouco foram poucos. Esta maioria optara por adaptar-se à *realpolitik* e, acreditando-se como os mais novos parceiros daqueles que lá estavam há tempo, declararam-se surpresos e perseguidos quando lhes foi cobrada uma fatura de fato maior que aos veteranos do *status quo* brasileiro, qual seja: enfrentar as leis. Havendo já entrado nessa areia movediça, estes dirigentes inclinaram-se a seguir o roteiro do senso comum e não fizeram movimentações bruscas devido ao risco de uma rápida imersão. Parecia mais indicado adotar gestos leves, enquanto se flutuava e se esperava uma saída a partir de algum *deus ex machina*. Para encerrar a metáfora, a flutuação só foi possível durante o período em que houve sucesso econômico para sustentá-la. A saída milagrosa, como todos sabiam, nunca chegaria.

Quando os indicadores econômicos começaram a oscilar negativamente, as sempre tensas relações políticas começaram a ruir. Da crise política passou-se a uma crise social. Estas se retroalimentavam, até se chegar a um impasse institucional em 2015.

A opção de análise deste período de tempo, que vai do final de 2014, o pós-eleições, até o final de 2015, responde a dois elementos. O primeiro refere-se à pouca atenção analítica que até agora tem se dado a estes 14 meses para compreender a crise institucional pela qual passa o país hoje. Apesar de parecer lógico revisitar o passado, grande parte das análises retornam prioritariamente apenas até o primeiro semestre de 2016, que fora ainda mais explosivo, revisitando o ano anterior com pouca profundidade e precisão. Por isto, o segundo elemento entra em cena.

Quando analisado o ano de 2015, constata-se que a intensificação dos conflitos políticos e sociais do primeiro semestre de 2016 a níveis nunca antes vistos foi tão somente o ápice de um processo que transcorreu por todo o período compreendido neste trabalho. Logo, a riqueza de 2015 reside no fato de jogar luz sobre as inúmeras peças deste xadrez que se movimentavam por diversos caminhos, procurando respostas e saídas segundo as possibilidades da conjuntura e as necessidades de seus interesses. A excepcionalidade de 2015 diz respeito, por conseguinte, a poder visualizar o quebra-cabeça a se montar erraticamente até, abruptamente, encaixar-se de uma maneira determinada, que então se acreditou ser "*a*" saída: o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Deste modo, inspirado no recente e magnífico trabalho de Lira Neto, *Getúlio*, e no clássico de Alexis de Tocqueville, *Lembranças de 1848*, este trabalho, com muita humildade, com esteio em duas obras de tamanha envergadura, dispôs-se à tentativa de narrar um período turbulento da história recente do nosso país, a partir da explicitação de elementos que só podem ser notados mediante uma aproximação com os personagens que compõem esta trama e com os meandros de seu desenvolvimento.

1 JUNHO DE 2013, O INÍCIO

Historicamente, a tradição de mobilização popular mediante ocupação de vias públicas e protestos, ou mesmo os *"panelaços"*, sempre esteve ligada ao campo político progressista. Nacionalmente, também assim foi em nossa história. Se fizermos um repasse pelos momentos mais politicamente turbulentos do Brasil republicano, encontraremos apenas a Marcha da Família com Deus pela Liberdade como exemplo de mobilização de massas de setores da direita política, que veio a ser uma série de protestos em resposta ao Comício da Central do Brasil, ou Comício das Reformas, realizado por João Goulart.

Entretanto, os últimos anos da democracia brasileira transformaram essa realidade histórica. Um importante processo de mobilização, que apesar de fugir do escopo deste trabalho necessita ser citado, são os protestos de Junho de 2013. Motivo de estudos e interpretações diversas a respeito de seus objetivos e significados, as multitudinárias manifestações ocorridas em junho daquele ano nos servem por dois motivos fundamentais.

O primeiro refere-se ao fato dos protestos, embora politicamente difusos, terem sido canalizados em última instância para a crítica ao governo Dilma e ao PT, especificamente, e aos partidos políticos e ao campo progressista, em geral. O outro motivo, mais objetivo, pode ser entendido como resultado do primeiro: a brusca queda de popularidade do governo. Em um espaço de tempo de três semanas, a avaliação do governo Dilma caiu 27 pontos percentuais, indo de 57% a 20%. A queda só não foi maior que aquela registrada no período Collor, após o confisco das poupanças.

Como todo período de mobilização social intensa, Junho de 2013 não significou apenas pessoas na rua, protestando, reivindicando e mostrando sua insatisfação com o governo. Aquele mês foi um ponto de inflexão que ainda deverá ser estudado mais a fundo, pois após mais de uma década sem grandes manifestações, milhares de pessoas saíram de suas casas e, de fato, pararam o país. Significou a primeira mobilização de massas para toda uma geração, a primeira efervescência das ruas desde o Fora Collor, em 1992.

Se hoje é possível afirmar que foi um ponto de inflexão em termos de mobilização, à época o ponto de inflexão mais evidente se referia à polarização política e social que então se estabeleceu no país. Ao longo do mês em que ocorreram as manifestações, não foram poucos os casos de confrontos e hostilizações – antes, durante e depois das manifestações. Militantes do PT, PCdoB, PSOL e PSTU ou de entidades como UNE, MST e CUT chegaram a ser expulsos das manifestações, quando não cercados e atacados. No decurso deste processo, os

ânimos se exaltaram a tal ponto que há registros de manifestantes com camisetas vermelhas, sem símbolos, sendo igualmente ameaçados.

Alguém poderia argumentar que em toda e qualquer mobilização social sempre há um grupo radicaloide e irresponsável que não é passível de controle - e é a mais pura verdade. Não obstante, a razão de junho ter sido notado em seu exato momento por aqueles que participamos como um ponto de inflexão da política brasileira se deve, porém, ao fato de que as increpações aos grupos de esquerda presentes nas manifestações contaram com o aval de alguns dos manifestantes, quando não com a participação direta de parte significativa destes. O relato do então vice-presidente da UNE, Mitã Chalfun, exemplifica o clima vivenciado em um dos protestos em São Paulo, quando ele e outros dirigentes estudantis e sindicais foram atacados:

> Tiveram muitos ataques. Tinha os ataques com xingamentos e palavras de ordem contra os partidos e movimentos sociais de uma grande parcela dos manifestantes. Tinha também os ataques organizados pelos black blocks, que incentivavam essa opinião, mas um pouco mais agressivos. Nesse ato específico, teve esse grupo que não estava presente nas outras manifestações, que só apareceu para nos agredir e nos expulsar do ato. Acho que a maioria da população demonstrava um grande desgaste em relação aos partidos e aos movimentos sociais. Porém, existia um sentimento da maioria de ser contra a violência. Esses sentimentos, em alguns momentos, eram conflituosos, o que deixavam bem divididas as opiniões. De modo que a maioria não queria os partidos, mas não concordava com agressões.

A partir desta efervescência, daqueles que entoavam que "*o gigante acordou*" e se opunham "*contra tudo isso que está aí*", começava a erigir-se um incontornável muro que separaria a sociedade brasileira nos próximo anos.

A divisão do país entre "*coxinhas*" e "*petralhas*", que apesar de cômica ilustra dois campos não somente diferentes, mas também radicalmente antagônicos, se aprofundaria a níveis iguais ou maiores às animosidades da época do "*Mensalão*", em 2005, e abriria um fosso até agora irreconciliável na sociedade brasileira. O ar de polarização que se respirou em junho se faria presente inúmeras vezes mais, com maior ou menor intensidade, a depender do momento, perpassando todos os momentos políticos do nosso país desde então.

2 DAS ELEIÇÕES AO INCENDIAMENTO SOCIAL, O *CRESCENDO*

Após um breve sono do gigante, as eleições de 2014 reeditaram o clima de hostilidade vivido um ano antes. A polarização foi verificada não apenas nas ruas e nos ânimos dos eleitores e militantes durante o período eleitoral, mas o próprio resultado das urnas é elucidativo neste ponto: diferença de 3,28%, ou 3,4 milhões de votos, em favor de Dilma Rousseff – a menor desde a redemocratização do país. Com a declaração do resultado das eleições, quem apostou por um momento de sossego se enganou. Já na primeira quinta-feira pós-eleições, o partido do candidato derrotado Aécio Neves, o PSDB, entra com um pedido inédito de auditoria da contagem de votos no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Em seguida, no sábado, pequenas manifestações em São Paulo, Brasília e Curitiba reivindicavam o *impeachment* de Dilma Rousseff, ao lado de grupos que pediam intervenção militar. Começava o questionamento da legitimidade do segundo governo Dilma.

Vale a pena registrar que nesta manifestação do sábado 1 de novembro, após seis dias da reeleição de Dilma Rousseff, o presidente do PSDB-SP, Alberto Goldman, comentava que o país estava com os ânimos inflamados "[...] até por conta do tipo de campanha, muito suja, muito pesada, que o PT fez no primeiro turno contra a Marina (PSB) e depois contra o Aécio." Contudo, o próprio dirigente tucano emendava, sobre as reações ao resultado eleitoral: "Mas nem isso justifica um pedido de *impeachment* da presidente".

Ainda em novembro, outras duas convocações de manifestações pelo *impeachment* de Dilma seriam feitas. A última do ano, no sábado 6 de dezembro, contaria com vários políticos da oposição para ajudar a divulgar o protesto em suas redes sociais, como foi o caso dos senadores tucanos Aécio Neves, José Serra e Aloysio Nunes, por exemplo. Todas estas manifestações pós-eleições tiveram características muito próximas. Via de regra, o comparecimento foi baixo e houve presença de grupos extremistas que pediam intervenção militar, e assim dava espaço ao questionamento do caráter verdadeiramente democrático dos protestos. No marco dos escândalos da Petrobrás, as pautas, de maneira geral, se reduziam genericamente a temas "*contra a corrupção*"; especificamente, ao *impeachment* de Dilma e ao "*Fora PT*". Importante lembrar que já neste momento começavam a aparecer cartazes comemorando a Operação Lava Jato e saudando o juiz federal Sérgio Moro, mesmo que sem a força que se veria nos próximos protestos.

Outra característica fundamental que não pode ser deixada de lado é a atuação nas redes. Para além da participação física, presencial, desses manifestantes, seu ativismo virtual conseguia evidenciar e dar destaque às chamadas das manifestações, assim como atrair

"apoios não presenciais". Páginas de facebook, hashtags e demais instrumentos de redes surgiram, aqueles que já existiam aumentaram seu alcance e os protestos agitavam e pautavam o dia "na rede". Em virtude disto, alguns jornais chegaram a falar em "guerra de hashtags", devido à disputa entre os *#ForaDilma* e *#TchauQuerida* contra os *#DilmaLindaOBrasilTeAma* e *#DomingoEuNãoVouPorque*.

Com o habitual espaço e generosa cobertura nos meios de comunicação tradicionais, a exposição que as manifestações receberam foi importante e a partir destes protestos diversos personagens começaram a ganhar visibilidade como protagonistas do movimento pelo *impeachment*. À época, uma figura que havia se alçado como referência dos protestos era o cantor Lobão. Também são destes momentos que datam as "fundações" das organizações *MBL – Movimento Brasil Livre, Revoltados Online* e *Vem pra Rua*, as quais, segundos seus críticos, até hoje não têm definição clara quanto às suas caracterizações políticas ou suas fontes de financiamento: elas passaram a ser questionadas sobretudo a partir da divulgação de áudios vazados à imprensa em maio de 2016, que sugeriu contarem esses grupos com financiamento dos partidos PSDB, PMDB, DEM e Solidariedade em algumas de manifestações.

Depois da manifestação de dezembro, pouca coisa acontecerá até março de 2015, quando registra-se uma das maiores jornadas de protestos das últimas décadas. Até então, como fato político, destaca-se o pedido de impugnação da chapa Dilma-Temer protocolado pelo PSDB no Tribunal Superior Eleitoral, no dia da diplomação da Justiça Eleitoral, visando impedir a posse de Dilma e requisitando que seu adversário, Aécio, fosse o empossado. Sem citar o pedido do PSDB, mas em clara alusão ao fato, o então presidente do TSE, Dias Toffoli, declarou na cerimônia de diplomação que "não haverá terceiro turno na Justiça Eleitoral."

Sendo assim, o ano de 2014 se encerrava com um governo fragilizado que não teve sequer tempo para comemorar sua reeleição. O horizonte de então apontava, por um lado, para mais dificuldades econômicas e para a necessidade de um ajuste fiscal que causava ojeriza aos apoiadores de Dilma, e, por outro, para incertezas quanto à governabilidade no Congresso Nacional frente a iminente candidatura de Eduardo Cunha à Presidência da Câmara Federal.

Desta maneira começava 2015. Fevereiro, o primeiro mês da quinquagésima-quinta legislatura da Câmara, se passou entre a derrota do governo com a acachapante eleição de Eduardo Cunha para a Presidência da casa, após vencer em primeiro turno o candidato petista Arlindo Chinaglia; a renúncia de diretores da Petrobrás, entre eles a própria presidente da

empresa, próxima a Dilma Rousseff; e a posterior instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar crimes na estatal.

Um mês depois, as ruas voltavam a ser ocupadas pelos defensores do governo no dia 13 e pelos opositores no dia 15, e o clima de animosidade e divisão social se instalava novamente. Antes das manifestações de março, porém, houve dois eventos que reascenderam a polarização política do país. Na última semana de fevereiro de 2015, em meio às denúncias de corrupção na Petrobrás e às dificuldades do novo governo Dilma, a Federação Única dos Petroleiros e a CUT organizaram um grande ato na sede da Associação Brasileira de Imprensa, no Rio de Janeiro, chamado "Defender a Petrobrás é defender o Brasil", no qual denunciava-se uma "campanha visando à desmoralização da Petrobrás." O ato contava com a presença de inúmeras personalidades da esquerda brasileira, dentre elas, o ex-presidente Lula.

De início, antes do próprio ex-presidente chegar ao local, houve tumultos e troca de socos entre petistas e manifestantes que se concentraram na sede da ABI para protestar contra o PT. Mas o que realmente repercutiu do ato foi especificamente a última frase do discurso de Lula. O dirigente petista, finalizando sua fala, concluiu:

> Em vez de ficarmos chorando, vamos defender o que é nosso. Defender a Petrobras é defender a democracia e defender a democracia é defender a continuidade do desenvolvimento social nesse país. Quero paz e democracia, mas também sabemos brigar. Sobretudo quando o Stédile colocar o exército dele nas ruas, um abraço!

Esta última frase sobre o *"exército"*, inserida em diversas chamadas da imprensa, quando transformada em manchetes e títulos de artigos vários, se tornou, expandindo assim o seu poder simbólico como diria Bourdieu, em: "Lula convoca exército do MST". A reverberação deste episódio teve direito a um requerimento para que o ex-presidente comparecesse à Comissão de Direitos Humanos da Câmara, que apesar de não ter prosseguido, o requerimento em si teve repercussão, a ponto do dirigente petista ter de esclarecer publicamente que havia sido apenas um recurso retórico. Ademais, a declaração deu lugar a um polêmico artigo publicado no jornal *Estado de São Paulo*, no sábado 7 de março, de autoria do general Rômulo Bini Pereira.

Com o título de "Vamos à Guerra", o ex-Chefe do Estado Maior da Defesa começava em tom de advertência: "Nos conflitos da humanidade, a pior e mais sangrenta guerra é a entre irmãos. Ela deixa marcas indeléveis que impactam a população dos países onde ocorre." O artigo, como esperado, tecia críticas a Lula, a sua fala no ato do Rio de Janeiro e a sua

postura em relação aos escândalos da Petrobrás. No entanto, o que acendeu os nervos do campo progressista foram os parágrafos finais que selavam o artigo:

> Iniciada por essa nova visão sectária do ex-presidente Lula, uma confrontação num ambiente conturbado e acéfalo pelo qual passa o Brasil, sem dúvida, poderá conduzir-nos a situações extremas. Novamente as Forças Armadas serão chamadas a intervir e não poderão deixar de cumprir o que preconiza o artigo 142 da Constituição da República.
> Os novos comandantes das Forças, que gozam de alto conceito entre os seus pares e subordinados, certamente não se calarão como seus antecessores que adotaram uma atitude de silêncio obsequioso.

Se é certo que a possibilidade real de um golpe militar nunca foi uma preocupação séria dos setores pró-governo, é igualmente correto afirmar que este artigo os incomodou, e muito. Nas redes sociais e nos círculos políticos, o texto do general Bini foi motivo de debate acalorado, e entre o campo progressista foi entendido como uma tentativa de intimidação. Em várias conversas entre petistas, fossem reuniões ou mesmo encontros em cafés e bares, falava-se sobre a audácia de, em pleno 2015, um general sentir-se confortável para proferir ameaças veladas num importante meio de comunicação impresso. O apaziguamento que houvera durante as férias e o recesso parlamentar acabava; a crise institucional, porém, apenas começava.

Não bastasse o furor causado pelo episódio recém-narrado, a partir das redes sociais chamava-se um *panelaço* para o dia 8 de março, durante o pronunciamento oficial da presidenta em razão do Dia da Mulher. Nesse discurso, Dilma culpava a crise internacional e a seca pelos problemas domésticos:

> Entre muitos efeitos graves, esta seca tem trazido aumentos temporários no custo da energia e de alguns alimentos. Tudo isso, eu sei, traz reflexos na sua vida." E, em seguida, dizia a parte que seria integralmente lembrada: "Você tem todo direito de se irritar e de se preocupar. Mas lhe peço paciência e compreensão porque esta situação é passageira.

O *panelaço*, que até então parecia ser apenas mais uma convocação anônima, como tantas outras, sem força, surpreendeu a todos ao tomar proporções nunca antes vistas quando alguns bairros de parte das capitais brasileiras tiveram verdadeiras orquestras tocando durante o discurso inteiro. Barulhos ensurdecedores de panelas batendo, luzes de apartamento ligando e desligando intermitentemente, carros buzinando sem parar, e vários gritos de "*Fora, Dilma*", "*Fora, PT*" e alguns insultos de moradores das vizinhanças foram gravados por smartphones. Logo após o *panelaço,* estes inúmeros vídeos circularam por aplicativos

mensageiros e pelas redes evidenciando a convulsão social em resposta ao discurso de Dilma na televisão. Como não poderia ser diferente, tais vídeos foram vastamente aproveitados pelos oposicionistas, além de terem sido veiculados nos principais telejornais do país em praticamente todas as edições.

A reação dos favoráveis ao governo foi de tentar minimizar a importância do protesto e, até, ridicularizá-lo. Em nota oficial, o Partido dos Trabalhadores declarou que o panelaço teria sido "uma orquestração com viés golpista da elite e da classe média alta." O jornalista Juca Kfouri, da *Folha*, por sua vez, em artigo intitulado "O panelaço da barriga cheia e do ódio", escreveu:

> [...] O *panelaço* nas varandas gourmet de ontem não foi contra a corrupção. Foi contra o incômodo que a elite branca sente ao disputar espaço com esta gente diferenciada que anda frequentando aeroportos, congestionando o trânsito e disputando vaga na universidade.

Na avaliação do Planalto, segundo o que falara o Ministro-Chefe da Casa Civil, Aloízio Mercadante, braço direito da presidenta escolhido para comentar o fato, os protestos teriam ocorrido em cidades e bairros onde Dilma perdeu as eleições "por uma grande diferença". O ministro disse ainda que "a primeira regra do sistema democrático é reconhecer o resultado das urnas. Só tem dois turnos, não tem terceiro turno. Nós vencemos pela quarta vez (as eleições)."

Também na segunda-feira, na cerimônia de sanção da Lei do Feminicídio, a presidenta respondeu às indagações sobre os protestos na mesma linha de Mercadante:

> O que não é possível no Brasil é a gente também não aceitar a regra do jogo democrático. A eleição acabou. Houve o primeiro e houve o segundo turno. O terceiro turno das eleições, para qualquer cidadão brasileiro [...] não pode ocorrer a não ser que você queira uma ruptura democrática.

Não surpreendentemente, tanto as reações dos partidários de Dilma Rousseff quanto as declarações do governo não apaziguaram os ânimos dos opositores. Pelo contrário, aumentaram a fratura política, que nesse momento era já visivelmente irreconciliável, entre dois setores da sociedade: de um lado, os "*petralhas*" corruptos, que contariam com os votos dos ignorantes e dos beneficiários de quotas e programas assistencialistas; do outro, "*coxinhas*" da elite golpista, que não teriam aceitado o resultado eleitoral. Deste momento em diante, o fosso que separava estes grupos só iria se alargar.

De fato, na avaliação de especialistas, e do próprio ex-presidente Lula segundo afirmou o jornalista Kennedy Alencar em seu blog, o pronunciamento de Dilma no 8 de março teria sido um grande erro de cálculo político. O Planalto teria se equivocado tanto no *timing*, quanto no conteúdo. Primeiramente, seria já tarde para pedir "esforços" e "paciência" da população em relação ao ajuste fiscal que se levava a cabo; e, em segundo lugar, teria sido também um erro tático primário trazer um ponto negativo do governo para o centro do debate conjuntural enquanto, naquele momento, a agenda política central estava pautada pela divulgação do que ficou conhecido como "a lista da Lava Jato", elaborada pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot.

Publicizada numa sexta-feira, importante destacar, apenas dois dias antes do discurso do Dia da Mulher, nessa lista pedia-se a abertura de inquérito para investigar 47 políticos de diferentes partidos supostamente envolvidos no escândalo do "Petrolão", contendo parlamentares do Partido dos Trabalhadores e dos partidos da base aliada. Do início da semana até a sexta-feira em que se publicaram os nomes, houve uma espécie de expectativa nacional por parte dos meios de comunicação e da sociedade como um todo, especialmente pela quantidade de envolvidos no processo. O sentimento de repulsa a "*tudo isso que está aí*" se agravava com o episódio da lista, que expunha um *modus operandi* arraigado em todo o sistema político, abrangendo praticamente a todos os partidos.

Posteriormente, com o discurso de Dilma e os *panelaços* no domingo, e a reação vacilante do governo na segunda, esse sentimento de aversão à política e aos políticos pulsava e seria, em dias, prontamente canalizado. Aquela era exatamente a semana em que havia sido amplamente divulgada uma manifestação no domingo, 15 de março, a favor do *impeachment*. Por conseguinte, o descontentamento não só atingiu em cheio ao governo, mas serviu igualmente de combustão mobilizadora para o comparecimento no domingo.

Em meio a essa turbulência política, havia preocupação por parte do campo pró-governo em demonstrar apoio popular e capacidade de colocar gente na rua, já que este estava claramente na defensiva desde a vitória eleitoral. Desta vez, os partidários de Dilma Rousseff decidiram também se mobilizar para disputar com aqueles favoráveis ao *impeachment* e foi chamada uma manifestação para sexta-feira, dia 13 de março, dois dias antes da manifestação contra o governo e a favor do *impeachment*.

Convocado pela CUT, UNE e MST, o "Ato em defesa da Petrobrás, dos Direitos e da Reforma Política" pretendia criticar o ajuste fiscal adotado pelo governo e se opor às mobilizações já consideradas como golpistas. O também batizado de "Dia Nacional de Lutas" teve, porém, um comparecimento residual em praticamente todas as capitais do país, com

exceção de São Paulo, onde os organizadores declararam haver 100 mil manifestantes, contra os 10 mil segundo a Polícia Militar. Os baixos números de participação, entretanto, já eram esperados, tendo inclusive feito com que o Planalto chegasse a pedir à CUT para cancelar o ato, com medo de uma assistência ainda menor. Tal intromissão do governo causara um grande incômodo dentro da central sindical e mesmo do PT, pois muitos dirigentes e militantes se negavam a aceitar a derrota nas ruas sem sequer tê-las disputado. Viam nesse gesto algo como jogar a toalha antes de ter entrado no ringue. Publicamente, é claro, o Secretário-Geral da Presidência, Miguel Rossetto, negou qualquer tipo de demanda à direção sindical cutista por parte do governo. Independentemente da quantidade exata, é possível afirmar que em São Paulo houve presença importante de manifestantes partidários do governo Dilma. Mesmo entre os organizadores, foi uma surpresa a quantidade de gente mobilizada na capital paulista – que certamente esteve acima dos dez mil contabilizados pela PM. Ao longo da jornada, os petistas respiraram mais tranquilamente ao ver que o movimento sindical ainda gozava de uma força expressiva, e mensagens e telefonemas eram trocados constantemente celebrando a mobilização. Contudo, repetindo, São Paulo seria o único lugar onde o saldo apresentava-se positivo mesmo quando comparado ao protesto contra Dilma.

Em relação à repercussão midiática, o ato foi noticiado de maneira escassa. Nos meios de comunicação televisivos, quase não houve cobertura dos acontecimentos; nos jornais, constaram mais denúncias de supostos pagamentos – de pão com mortadela e trinta reais - a manifestantes em São Paulo do que informações sobre os atos propriamente ditos. Este fato, de acordo com a interpretação da esquerda marxista do PT, vinha a demonstrar o quanto Marx estava correto ao dizer que as ideias dominantes de uma época eram sempre as ideias das suas elites sociais e econômicas.

A mobilização dos militantes pró-Dilma, todavia, não fez recuar nem um centímetro os que queriam o *impeachment*. Domingo, dia 15 de março de 2015, sem nenhum tipo de exagero, há de ser considerado como um marco político que inicia um processo de catalisação do desgaste de um governo recém empossado. Os cidadãos que foram às ruas conseguiram, por meio de ocupação de vias públicas, começar um real processo de questionamento da legitimidade política do segundo governo Dilma. Apesar de terem utilizado um método tradicionalmente identificado com os campos militantes progressistas, a composição política dos manifestantes era majoritariamente de centro-direita segundo o Datafolha; já que numa escala de 1, simbolizando o extremo à esquerda e 7, aquele à direita, a média obtida da pesquisa foi de 4 e 6.

Contando com uma cobertura midiática ampla, extensa e contínua que cobria ao vivo todos os protestos e enfatizava o "clima de festa" e a "presença de famílias e crianças", via-se a maior mobilização de rua desde as Diretas Já, superando as Jornadas de Junho de 2013.

Em São Paulo, o coração do protesto, foi contabilizado 1 milhão de pessoas pela PM. Em várias outras capitais brasileiras irrompiam manifestações multitudinárias que, todas juntas, chegaram a 2,4 milhões de brasileiros nas ruas daquele domingo. Entoando cantos contra a corrupção e pela saída de Dilma Rousseff e do PT, também neste protesto, em alguns casos, houve presença de grupos que pediam a volta da ditadura militar. O juiz Sérgio Moro começava a tornar-se figura venerada entre os manifestantes e placas de apoio à Operação Lava Jato eram vistas nas mãos de inúmeros cidadãos. Mas, de fato, a consigna que unificava a todos os presentes era o *impeachment*, "*já*".

A palavra de ordem do "*Impeachment*, Já!" ilustrava o início da mudança de tática da oposição ao governo. O "já!" não era por acaso. Significava, na verdade, uma recusa explícita da atitude que vinha caracterizando até então setores influentes da oposição. Com efeito, muitos dirigentes políticos diziam preferir ver o governo "*sangrar*", ao invés de iniciar um processo de *impeachment*. Dias antes da manifestação, por exemplo, o ex-candidato a vice de Aécio, o senador Aloysio Nunes (PSDB-SP), declarou em um seminário no Instituto FHC:

> Não quero que ela saia, quero sangrar a Dilma, não quero que o Brasil seja presidido pelo Michel Temer (PMDB)". Na mesma linha, declarou o ex-presidente FHC: "Não adianta nada tirar a presidente". o senador Aécio Neves: O PSDB manifesta apoio irrestrito a todas as manifestações pacíficas e organizadas de forma apartidária em todo o país [...] Não estamos proibindo nem proibidos de falar sobre impeachment, mas nesse momento isso não está na agenda do PSDB.

Neste ponto, os organizadores do evento, que apesar de não centralizado incluía MBL, Revoltados Online e Vem Pra Rua como protagonistas reconhecidos, tiveram um importante papel. Não somente foram capazes de transformar a quotidiana agitação virtual em milhares de pessoas nas ruas, como também canalizaram a euforia coletiva de suposta oposição unânime ao governo que se vivia para a demanda concreta e objetiva do "*Impeachment*, Já!". Em cima do carro de som na Avenida Paulista, um dos três coordenadores nacionais do MBL, Renan Santos (32), resumia em sua fala a tática por eles adotada: "Porque os parlamentares de oposição, o dinheiro deles tá aqui, ó. No bolso! Durante quatro anos. Eles pediram pra Dilma sangrar e a gente sangrar junto. Vocês querem esperar? Vocês querem sangrar com a Dilma? [...] Então é impeachment, já!".

Desta maneira, o que antes não era parte da tática das lideranças políticas da oposição passava a ser *"o grito das ruas"* e, consequentemente, entrava no centro da agenda dos políticos oposicionistas.

Tão importante foi o papel das lideranças pró-*impeachment* que, todos eles, viraram personagens nacionalmente conhecidos. Suas redes sociais se transformaram em centros difusores e mobilizadores da campanha pelo *impeachment* e estiveram presentes nos meios de comunicação com certa regularidade. Desde então até a data do *impeachment*, gozaram de livre trânsito no Congresso Nacional pelas mãos de diversos parlamentares e obtiveram amplo reconhecimento da sociedade, sobretudo a partir das redes sociais. Das lideranças, as duas que se destacaram e ainda hoje têm grande reconhecimento pelos seus pares são Kim Kataguiri (20), que no início de 2016 se tornou colunista da *Folha de São Paulo*, e Fernando Holiday (20), recentemente eleito a vereador pelo DEM, na cidade de São Paulo nas eleições de 2016. Os dois, junto a Renan Santos, eram e continuam sendo os coordenadores nacionais do MBL.

Com a exposição, todavia, veio a revelação de seus históricos, e muitos acabaram perdendo legitimidade, como é o caso do próprio Renan Santos, que responde a mais de 60 processos e sofre cobrança num total de 4,9 milhões de reais nas ações em que responde. Estes fatos foram, vale a pena esclarecer, noticiados na grande imprensa, não se tratando, portanto, de supostas difamações infundadas de seus opositores políticos.

Sobre o perfil dos manifestantes, em geral, não houve diferenças consideráveis de uma cidade a outra. Sem embargo, os dados existentes são referentes à manifestação da Avenida Paulista, em São Paulo. Segundo pesquisa do Datafolha, a média de idade dos manifestantes no protesto era de 40 anos, sendo a maioria aqueles do sexo masculino (63%). A maior parte tinha ensino superior (76%) e a divisão por renda mostra que *a)* 14% tinham renda mensal de até 3 salários mínimos; *b)* 15%, de 3 a 5; *c)* 27%, de 5 a 10; *d)* 22%, de 10 a 20; e *e)* 19%, mais de 20.

Na manifestação, a maior parte se declarou de cor branca (69%), seguidos daqueles que se declararam pardos (20%) e negros (5%). Por fim, no segundo turno das eleições de 2014, apenas 3% dos que protestavam na Avenida Paulista haviam votado em Dilma Rousseff, enquanto 82% confiaram seu voto a Aécio Neves. Este perfil das manifestações acabou por alimentar a tese dos contrários ao *impeachment* de que havia, na realidade, uma reação elitista ao resultado eleitoral de 2014. Tendo sido o pleito eleitoral legítimo, as manifestações seriam também golpistas. A consequência lógica desta interpretação era não haver possibilidade de diálogo com quem esteve ou apoiou o protesto, o que levava a uma política de combate frontal entre ambos os lados.

Além disso, como em junho de 2013, houve registro de agressões físicas a militantes partidários ou mesmo a pessoas que vestiam vermelho e passavam perto dos locais de protesto. Entre estes acontecimentos, há vídeos de manifestantes agredindo até mulheres e pessoas de idade, o que contrasta com a imagem repercutida nos noticiários de um protesto cheio de famílias, de cidadãos tirando *selfies* com a polícia, e todos com a camisa da seleção brasileira em clima de festa. As duas realidades não são excludentes, é claro.

Terminada a jornada das manifestações pelo país, ainda no domingo à noite, o Palácio do Planalto anunciou uma coletiva para falar a respeito das manifestações. Não bastasse o povo na rua no decurso do dia, quando foi ao ar o pronunciamento do governo, à noite, outro grande *panelaço* teve lugar enquanto os ministros davam suas declarações.

Os ministros destacados para falar ao país foram José Eduardo Cardozo, da Justiça, e Miguel Rossetto, da Secretaria-Geral da Presidência. Naquela coletiva, alguns analistas disseram mostrar falta de coordenação política e de análise da realidade por parte do governo, já outros afirmaram ser uma tática de separar dois conteúdos direcionados a dois setores distintos. Análises de discurso à parte, o que ficou explícito é que Cardozo falou uma coisa; Rossetto, outra. O ministro da Justiça começou seu pronunciamento abordando a legitimidade das manifestações para em seguida afirmar que o governo "[...] está atento e revela a disposição que sempre teve de ouvir as vozes das ruas". Cardozo abordou também a necessidade de promover uma reforma política e o futuro anúncio de novas medidas contra corrupção.

Por outro lado, Miguel Rossetto foi mais duro. Falou também sobre a legitimidade das manifestações, mas, como quem sopra para depois morder, logo em seguida disparou: "o que não é legítimo e aceitável é o golpismo, a intolerância e o *impeachment* infundado que agride a democracia. [...] A consciência brasileira, e a sociedade há de rejeitar essas manifestações contrárias à democracia".

Além das críticas ao pronunciamento, que foram gerais nos meios de comunicação, alguns analistas concluíram que Cardozo teria falado "*para fora*", para acalmar os manifestantes, mostrando abertura ao diálogo, ao passo que Rossetto teria falado "*para dentro*", para acalmar os militantes pró-governo, mostrando pulso firme contra a oposição. Independentemente da avaliação que se queira fazer, o que se registrou no momento da coletiva de imprensa é que a panela bateu para os dois, e com igual intensidade.

No dia seguinte, a presidenta Dilma reuniu-se com nove ministros e com o vice-presidente, Michel Temer. Após a reunião, Cardozo foi novamente o encarregado de fazer o pronunciamento e, basicamente, repetiu os termos de sua fala na noite anterior: "O governo

está inteiramente aberto ao diálogo e assume como postura central o diálogo com todas as forças sociais. E pouco importa se são forças sociais que apoiam o governo ou são forças sociais contra o governo. [...] O governo está ouvindo as manifestações". A presidenta só se pronunciou sobre as manifestações na coletiva após a sanção do novo texto do Código de Processo Civil, quando declarou que: "Um país amparado na separação, independência e harmonia dos poderes, na democracia representativa, na livre manifestação popular nas ruas e nas urnas se torna cada vez mais impermeável ao preconceito, à intolerância, à violência, ao golpismo e ao retrocesso".

À noite, quando as imagens das declarações dos ministros e da presidenta foram ao ar nos diferentes telejornais, outro grande *panelaço* teve lugar, mostrando que a agitação e o descontentamento com o governo seguiam firmes. Ao encerrar esta jornada sem precedentes de mobilização popular, o que se viu foi um país extremamente dividido, uma desaprovação não só latente, mas mobilizada, e uma incapacidade de diálogo entre o governo e aqueles que foram às ruas. As análises sobre a responsabilidade do governo, naquele momento, pela conjuntura crítica, foram várias e conflitantes. Destaca-se, porém, como já comentado, a situação de polarização, divisão, e até mesmo de ódio político que se instalou e partiu ao meio o país. Igualmente, para além das medidas contra a corrupção que Dilma se comprometera em lançar, o ponto principal da pauta dos protestos não podia ser atendido pelo governo por uma questão objetiva: os manifestantes demandavam a saída da própria presidenta.

Ainda na mesma segunda-feira, era feito um chamamento para outra manifestação nacional no dia 12 de abril, com a palavra de ordem "Fora, Dilma". Convocado em um primeiro momento apenas pelo grupo MBL, em poucos dias todos os grupos pró-*impeachment* se uniriam para a reforçar a manifestação.

Como não poderia ser diferente, uma jornada de tamanha envergadura colocava o Planalto em cheque também nas ruas. A sensação era de um governo sitiado, cercado. Mal começara e já havia sofrido uma grande derrota ao ver Eduardo Cunha se eleger Presidente da Câmara, que, apesar de peemedebista, atuava abertamente como opositor. Ainda no campo político, no início do mandato, Dilma escolhera alçar figuras expressivas da campanha de Arlindo Chinaglia à presidência da Câmara, principal adversário de Cunha, ao primeiro escalão do governo – caso de Pepe Vargas e Miguel Rossetto. Com Vargas na Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela articulação política do governo, as pontes de diálogo com o parlamento ficaram minadas, uma vez que este havia conduzido uma forte e dura campanha contra a candidatura de Cunha.

Na trincheira econômica, por outro lado, Dilma acabara de escolher Joaquim Levy como ministro da Fazenda para conduzir um forte ajuste fiscal que tropeçava em dois obstáculos: primeiro, a militância e os apoiadores do governo, que se opunham ferozmente às medidas sugeridas; segundo, a dificuldade de aprovar as próprias medidas do ajuste no Congresso, onde Eduardo Cunha sabotava as votações e aprovava as "*pautas bomba*", nome que se deu aos projetos e emendas que aumentavam o gasto público em pleno processo de contenção orçamentária. A presidente lidava com uma faca de dois gumes, pois ao tentar levar a cabo sua política econômica se desgastava com sua base de apoio, mas ao não conseguir levar essa política adiante, se desgastava com seus opositores – que, ironicamente, afirmavam apoiar o ajuste fiscal.

Por fim, entre tantos tropeços, na terça-feira, dia 17 de março, dois dias depois da maior manifestação desde a redemocratização do país, o jornal *Estado de São Paulo* divulgava o vazamento de um relatório interno da Secretaria de Comunicação Social da presidência da república. Em cinco páginas, o texto expunha um duro balanço das estratégias adotadas pelo Planalto desde as eleições de outubro, o qual podia ser ilustrado pelo trecho: "Não há dúvidas de que a comunicação foi errada e errática. Mas a crise é maior do que isso".

O documento apontava, ainda, para o sentimento de "mágoa" dos eleitores de Dilma, resgatando expressões amplamente difundidas nas redes relacionadas à política econômica adotada no segundo mandato: "Votamos nela e a política econômica é do Aécio". Fazia-se também uma avaliação negativa por "pedir paciência" no pronunciamento do 8 de março, fato que teria irritado tanto simpatizantes quanto adversários.

Finalmente, em tom sintetizador, outro trecho sentenciava a conjuntura: "De um lado, Dilma e Lula são acusados de corrupção na Petrobrás e por todos os males que afetam o país. De outro, a militância se sente acuada pelas acusações e desmotivada por não compreender o ajuste na economia. Não é uma goleada. É uma derrota por WO". Para onde quer que se olhasse, apenas instabilidade se avistava.

O campo de apoio ao governo, por exemplo, vivia a encruzilhada relatada pelo trecho do documento da Secretaria de Comunicação Social. Com um ajuste fiscal que ia na direção contrária de suas pautas históricas, como congelamento salarial e corte de verbas nas universidades, para dar dois exemplos óbvios, as entidades desse setor político decidiram por convocar manifestações com pautas propositivas que permitissem, ao mesmo tempo, mostrar o suporte ao governo.

Nesta linha, CUT, MST e UNE convocaram um protesto para o dia 7 de abril, que tinha como chamado o subtítulo "em defesa da Petrobrás, da Reforma Política, dos direitos

dos trabalhadores e contra o ajuste fiscal". O dia escolhido foi em função da votação na Câmara Federal do PL 4330, que permitiria a terceirização para as "atividades-fim", proposta criticada pelos apoiadores do governo. Não se pode dizer que houve um grande esforço de mobilização para este dia. Contudo, os números não deixam de mostrar a fraqueza e a incapacidade de mobilização que estes setores vivenciavam. Segundo a polícia, foram apenas 6 mil manifestantes no Brasil inteiro, enquanto a organização do ato falava em – igualmente insignificantes - 14 mil. Tratava-se de algo testemunhal, que no afã de mostrar força expunha fraqueza e alimentava o sentimento de superioridade da oposição.

Apesar de não haver registros de confrontos sérios, em todas as cidades em que os poucos manifestantes saíram às ruas, houve clima de hostilidade e troca de ofensas com cidadãos que, ao notar a movimentação governista, gritavam "Fora, PT" , "Fora, Corruptos", e demais palavras de ordem da oposição. A percepção, no momento, era de ausência de qualquer apoio ao governo nas ruas. Tal discernimento se materializava na pesquisa feita pelo Datafolha nos dias 9 e 10 de abril daquele ano de 2015, que dava um sinal amarelo para o governo: 63% da população adulta brasileira era a favor da abertura do processo de *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff.

Outro componente a confirmar esse sentimento seriam as mobilizações da oposição nos protestos do dia 12 de abril. Mesmo que menores que as de março, foram extremamente consideráveis ao levar às ruas metade do contingente anterior em um intervalo de tempo de apenas um mês. Segundo a PM, 700 mil pessoas compareceram aos protestos em todo o país. A organização, por sua parte, estimara a assistência em 1,5 milhão. Mais uma vez, sem necessidade de ater-se à exatidão dos números, dava-se outra grande demonstração de fôlego daqueles que se opunham ao governo. E mais, reafirmava-se a capacidade de mobilização do campo "Fora, Dilma" em contraposição à fraqueza do campo pró-Dilma. Evidenciava-se, também, o conflito dentro do campo de oposição ao governo, que àquela altura não havia ainda consensuado uma estratégia unitária.

Em relação ao perfil dos manifestantes, este se mantinha praticamente inalterado quando comparado aos da jornada anterior, do 15 de março. Novamente, os dados que se têm são referentes à manifestação de São Paulo na Avenida Paulista, também pelo Datafolha. A única variação considerável foi a média de idade, que passou de 40 para 45 anos. Destaca-se, porém, que 37% dos presentes neste protesto não compareceram ao do dia 15 do mês anterior. Repetindo as mesmas características da manifestação histórica de março também quanto aos dizeres, palavras de ordem e reivindicações, o que surpreendia era a intensificação do clima de animosidade dentro e fora da manifestação. Em artigo na *BBC* Brasil, o coordenador do

grupo de pesquisa "*Qualidade da Democracia*", da USP, José Álvaro Moisés, que esteve no protesto, afirmou ter ficado preocupado com: "o aumento do tom raivoso".

Nesta linha, outra vez, produzia-se um contraste entre a narrativa apresentada pelos meios de comunicação, que unanimemente seguiam retratando um "*ato cívico*" com "*presença de famílias e crianças*" em coberturas ao vivo, e a realidade de alguns episódios que aconteciam sobretudo antes ou depois das manifestações, quando membros do protesto supostamente identificavam, arbitrariamente, um "*petralha*" e passavam a increpá-lo. Os relatos de jovens de chinelo e com barba, ou de pessoas trajando vermelho que, ao andar pelas proximidades dos protestos, foram alvo de agressão, são vastos, e muitos constam registrados em vídeo. Nesse relato ideológico-mistificador de certos meios de comunicação, era como se, para usar um conceito de Goffman, a trama social ficasse reduzida às regiões de fachada.

Mesmo dentro das manifestações, houve conflitos entre os participantes que apoiavam uma intervenção militar e aqueles que não. O contraste entre o que veiculava-se nos telejornais e na imprensa escrita pode ser constatado inclusive nos seus próprios vídeos, como os vários que foram feitos pela *TV Folha* sobre as diversas manifestações. Independentemente, a repercussão midiática era gigantesca.

Em definitiva, a jornada de protestos do 12 de abril inseria-se como um elemento a mais na escalada de polarização vivenciada pelo país ao mobilizar, novamente, setores importantes da classe média brasileira. Como vetor de radicalização, este fenômeno influenciava o quotidiano do Congresso Nacional, onde se travava uma batalha entre os parlamentares favoráveis a entrar com uma ação de *impeachment* já naquele momento, e aqueles que preferiam esperar.

A vacilação da oposição quanto a esse tema é verificada no próprio comportamento do senador Aécio Neves, presidente nacional do PSDB. Na terça-feira após o protesto, dia 14 de abril de 2015, Neves declarava que o partido estudava a possibilidade do *impeachment*, mas não demoraria até o final do mês para que o político mineiro fosse chamado a intervir na bancada tucana da Câmara Federal, intercedendo os deputados a não apresentar um pedido de *impeachment* no dia 29, e asseverando: "Com serenidade, vamos definir os passos que daremos a seguir. Não deixaremos impunes os crimes cometidos pelo atual governo. Mas definiremos as etapas que serão tomadas por nós."

A intervenção se devia, em parte, porque o jurista Miguel Reale Júnior ainda não havia concluído o parecer solicitado pelo PSDB, fato que levava a importantes figuras do partido, tais como FHC, Serra e Aloysio Nunes, a também se opor àquela iniciativa naquele momento. Mas há de se lembrar que, nesse mês de abril, a popularidade de Aécio estava em

alta por causa das recentes eleições e da brusca queda de popularidade que Dilma vinha sofrendo, interessando-lhe mais um possível novo pleito eleitoral do que o impedimento da presidenta e entregar o governo de bandeja ao PMDB.

Na quarta-feira seguinte, dia 15, foi a vez de outra jornada nacional convocada pelas centrais sindicais, que apesar de maior que aquela do dia 7, tampouco conseguiu disputar em número com os protestos pelo *impeachment*. Com um total de 32 mil pessoas mobilizadas nas ruas do país em números da PM, e 150 mil segundo a organização, uma vez mais era exposta a fraqueza política do governo.

O campo de apoio a Dilma sofria uma dupla dificuldade de mobilização. Para além do desgaste histórico e, digamos, estrutural, que os movimentos sociais vinham sofrendo, aplicava-se, naquele exato momento, o ajuste fiscal do governo. Em síntese, os movimentos sociais que se opunham ao *impeachment* se mobilizavam pela legitimidade e estabilidade do governo, ao mesmo tempo que criticavam as medidas econômicas adotadas por esse mesmo governo.

Ainda nessa quarta-feira, de manhã, o então tesoureiro do Partido dos Trabalhadores, João Vaccari Neto, havia sido preso preventivamente na décima-segunda etapa da Operação Lava Jato, acusado de receber propinas da Petrobrás. A prisão de Vaccari foi outro fato que elevou o tom do discurso contra o governo, e claramente contribuiu para o já tenso acirramento dos ânimos durante as manifestações à tarde.

Dias após a prisão do tesoureiro petista, na sexta-feira da mesma semana, outro ingrediente seria adicionado à combustão política que se vivenciava, a saber, a declaração de Augusto Nardes, ministro do TCU. Relator das contas do governo de 2014, Nardes declarou que: "Existem várias ilegalidades em relação às pedaladas [...] Poderá, sim, ser responsabilizada a presidenta (pelas pedaladas), se comprovado."

Tal fato ensejava a possibilidade de materializar uma argumentação jurídica capaz de dar sustentação à abertura de um processo de *impeachment*. Ademais, sua possibilidade tornava-se pública em meio a um turbilhão político, o que só o abasteceu e o tornou ainda maior.

No meio deste incidente gerado pelas declarações de Nardes, chama atenção a declaração de Eduardo Cunha, que meses mais tarde acataria o pedido de *impeachment* tendo como base o parecer do TCU: "O que você chama de pedalada é a má prática da coisa pública. Isso vem sendo praticado nos últimos dez, doze, quinze anos. É um erro que eu condeno, mas a princípio, eu, sinceramente, não vejo isso como motivo para suportar um pedido de impeachment."

De qualquer modo, a possibilidade do TCU emitir um parecer recomendando a reprovação das contas do governo também qualificava o discurso da oposição ao governo e inseria Dilma no centro da crítica. O discurso contra a corrupção tinha tido, até então, dificuldade para ligar-se à Dilma. As críticas ao PT e à Petrobrás pareciam não atingir frontalmente a figura da presidente. No entanto, com um parecer nesses termos, a crítica contra a corrupção finalmente encontrava um ato que implicava pessoal e diretamente a presidente: manipulação orçamentária, maquiagem de contas públicas.

A reação ao novo episódio foi óbvia, e o que a princípio aparentou ser algo localizado e circunscrito a certos locais ou a períodos de tempo específicos, generalizou-se. A constância e a radicalidade dos discursos de ódio político e das hostilizações entre os setores pró e contra o governo se tornou algo inédito. Em retrospectiva, é possível afirmar que em abril, de certa maneira, naturalizou-se a intolerância como forma de fazer política no dia a dia, e somente após a sessão da Câmara que aprovou o afastamento de Dilma, em 17 de abril de 2016, é que houve um ponto de inflexão em que os ânimos começaram a se acalmar.

Por conseguinte, abril marca não só a confirmação da hegemonia da oposição ao governo, mas também, e sobretudo, a radicalização política que pautou o quotidiano de toda a sociedade brasileira nas ruas, bares, universidades, casas e, até mesmo, reuniões de família.

3 O GOVERNO SITIADO

Foi com esta divisão do país que a sociedade brasileira atravessou o ano de 2015. A partir da manifestação de março, inúmeros adesivos de “Fora, Dilma” e “Fora, PT” passaram a ser vistos em carros, postes e estabelecimentos, além de ter tomado conta também das redes sociais. Do outro lado, a consigna “Não Vai Ter Golpe” aglutinava os defensores do governo, que tentavam se contrapor ao que se tornava um movimento cada vez maior.

Ao longo do ano, os conflitos se intensificaram. Diversas sedes do PT, PCdoB e CUT sofreram ataques anônimos com bombas caseiras, pedras e pichações em diversas datas, especialmente nos períodos próximos às manifestações. Dentre vários exemplos, constam a destruição da entrada da Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT, em São Bernardo do Campo, SP; o ataque com coquetel molotov à sede do PT de Jundiaí; a invasão, pela madrugada, do Diretório Municipal do PT-SP; ou a tentativa de incendiar a fachada da sede do PCdoB de Campo Grande enquanto havia um militante dentro do recinto. Só em 2015, mais de dez sedes do PT de distintas regiões do país seriam atacadas.

Enquanto isso, os partidários do governo respondiam às críticas denominando o movimento pelo *impeachment* como uma reação das “classes dominantes” a um governo popular, cuja crítica à corrupção seria simplesmente um pretexto para interromper um projeto político de democratização e distribuição de renda. De acordo com muitos defensores do governo, Lula e Dilma representavam, no presente, o papel desempenhado por Getúlio Vargas no passado: um guardião dos interesses populares ameaçados por alianças das elites nacionais e internacionais - este ponto de vista aparece, por exemplo, no livro do sociólogo Jessé Souza, “A Radiografia do Golpe”. As posições de ambos os lados se enrijeciam a cada dia e a polarização classificava obrigatoriamente a todos entre dois únicos possíveis grupos. Como não poderia ser diferente, o fosso só se fazia maior.

Paralelamente, as demonstrações de descontentamento com o governo continuavam, assim como a aparente inação do próprio Planalto. Em maio, por exemplo, ao passo que pela primeira vez Dilma não fazia o pronunciamento do Dia do Trabalhador com medo de possíveis *panelaços* – como o que ocorreria dias depois durante a propaganda partidária do PT -, o grupo MBL chegava a Brasília com trinta pessoas após uma marcha de 33 dias desde São Paulo. Com um ato marcado para o final do mês, coincidindo com sua chegada, o grupo pretendia dar visibilidade para a entrega do documento em que pediam o *impeachment* da presidenta.

À época, o grupo não obteve apoio formal de nenhum partido. Entretanto, os líderes do MBL chegaram a se reunir com o então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, e o encontro obteve vasta cobertura nos meios de comunicação, conseguindo fabricar o fato político. Naquele momento, figuras importantes da oposição já reivindicavam a necessidade de adotar o *impeachment* como discurso, caso do senador Ronaldo Caiado (DEM-GO), e os deputados Onyx Lorenzoni (DEM-RS) e Carlos Sampaio (PSDB-SP); mas a maioria das lideranças da oposição argumentavam não haver ainda o respaldo jurídico necessário para a abertura do processo. Dessa forma, concomitantemente ao movimento que pedia o "*Impeachment*, já!"; os partidos de oposição, liderados por Aécio Neves, apresentavam uma representação à Procuradoria-Geral da República demandando uma ação penal por crime comum contra a presidente Dilma com base nas "pedaladas fiscais".

A expectativa girou, então, em torno ao julgamento das contas do governo pelo Tribunal de Contas da União. Na sessão marcada para 17 de junho, o parecer que indicava a reprovação das contas do governo foi unanimidade entre os ministros. Sobre o ocorrido, o ministro José Múcio Monteiro declarou: "Estamos reinaugurando o TCU, nossas ressalvas nunca foram respondidas (pelo governo). Hoje inauguramos uma prática nova. As ressalvas precisam ser respondidas e justificadas". Depois de 13 anos sem o Congresso votar as contas do governo, o jornal *Estado de São Paulo* publicava em artigo que tratava da decisão do TCU: "Este ano a oposição, que fez romaria aos gabinetes do tribunal na terça-feira, vê numa eventual opinião da corte adversa ao Planalto a oportunidade de provocar um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff por supostas fraudes nas contas públicas."

Dois dias depois do abalo causado pela decisão do Tribunal de Contas, o governo era jogado contra as cordas da opinião pública uma vez mais. No dia 19 de junho, a Operação Lava Jato, em sua décima-quarta fase, determinava a prisão preventiva de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques de Azevedo, presidentes das duas maiores empreiteiras brasileiras, de outros dirigentes das empresas, por atuar em esquemas de corrupção e fraudes de licitação na Petrobrás. Além de envolvidos no esquema do "Petrolão", ambos haviam declarado doações à campanha de Dilma e havia ainda o fato de Odebrecht ser considerado o empreiteiro mais próximo ao círculo de Lula, o que fazia com que o prognóstico de envolvimento de altos escalões do governo com os empresários presos fosse dado como certo, e a pressão sobre os círculos políticos voltasse a subir. Além disso, o simbolismo das prisões de dois dos maiores empresários do Brasil alçava a Lava Jato a um ineditismo que prometia "passar a limpo o país" mirando e acertando setores antes tidos como intocáveis.

A operação conduzida pelo juiz federal Sérgio Moro desde 2014 já havia causado desgaste considerável à imagem do governo e tornara-se conhecida da população brasileira a partir de suas inúmeras fases e sua consequente forte presença nos noticiários. Como já relatado, tanto Moro como a Lava Jato foram tidos como símbolos da luta contra a corrupção durante os protestos a favor do *impeachment*. Todavia, no espaço de tempo que vai da prisão de Marcelo Odebrecht e Otávio Marques até as manifestações de 16 de agosto contra o governo, o apoio público à Operação daria um salto qualitativo. O porquê era o mesmo da agonia vivenciada pelo Planalto nos meses do final do primeiro semestre e do início do segundo daquele ano de 2015.

Da 14ª fase da Lava Jato até as manifestações do dia 16 de agosto, é possível enumerar quatro grandes fatos políticos relacionados às investigações conduzidas desde Curitiba. O primeiro foi o vazamento da delação premiada de Ricardo Pessoa, dono da empresa UTC. Preso em maio, o empreiteiro foi considerado o coordenador do "clube das empreiteiras", sendo a pessoa responsável entre os empresários por definir qual empresa ganharia as licitações da Petrobrás no esquema que envolvia pagamentos aos diretores da estatal. As informações sobre o depoimento do empresário vazaram no final de junho e foram explosivas. Iam desde declarações de pagamentos irregulares à campanha de Lula de 2006 até ao custeio de dívidas da campanha de Haddad em 2012, envolvendo também propinas a senadores e deputados do PMDB e outros partidos, e a diretores de outras empresas estatais. A lista de envolvidos na delação do dono da UTC era longa, mas o que causou furor à oposição e temor ao governo foi a declaração de que ele teria dado 3,6 milhões de reais em caixa dois ao tesoureiro da campanha de Dilma de 2010, Edinho Silva, e ao tesoureiro nacional do PT, João Vaccari.

O segundo fato político, a Operação Politeia, datada de 7 de julho, refere-se à busca e apreensão na casa de seis políticos, dentre eles dois senadores da república, dos quais um era Fernando Collor de Mello. O terceiro, foi a afirmação feita por Júlio Camargo, ex-consultor da ToyoSetal, de que Eduardo Cunha teria pedido 5 milhões de reais em propina a ele. O quarto, por fim, de início de agosto, foi a prisão de José Dirceu na 17ª fase da Lava Jato, denominada "Pixuleco".

As consequências políticas destes quatro episódios não foram pequenas. A delação de Ricardo Pessoa caiu literalmente como uma bomba em cima do Planalto, havendo inclusive inúmeros relatos de como esse caso em específico irritava profundamente Dilma quando trazido à tona: no dia do vazamento, ao ficar sabendo das afirmações de Pessoa, Dilma teria dito: "Não sou eu quem vai pagar por isso. Quem fez que pague. Não devo nada para esse

cara, sei da minha campanha". Segundos depois, andando em círculos, a presidenta ainda teria reafirmado: "Eu não vou pagar pela merda dos outros".

Assim, enquanto o vazamento foi motivo de reunião de emergência na Presidência da República com ministros e advogados durante inúmeras horas no dia seguinte à homologação da delação, para setores da oposição consistia em outro possível motivo para o impedimento da presidente, já que engrossava o discurso do "Fora, Dilma". Mas a reverberação deste episódio não parava por aqui. A crise gerada pela delação de Pessoa atingia também as relações entre dois lados de uma mesma moeda: Dilma/Governo e Lula/PT.

Acontece que, ao longo do ano de 2015, divergências quanto ao ajuste fiscal, à comunicação do governo, às relações com o Congresso Nacional e, especialmente, à Lava Jato, causaram atritos entre Dilma e o governo de um lado, e Lula e o setor majoritário do PT, do outro.

Sobre o ajuste e a comunicação do governo, Lula sempre criticara a postura da equipe de Dilma ao adotar o ajuste fiscal como uma política em si mesma, descuidando da necessidade de trabalhar a comunicação política para que fosse mostrado como algo transitório. Para que este não se tornasse uma pauta única, o ex-presidente chegara a sugerir, por exemplo, que o governo tomasse outras medidas que pudessem deslocar a atenção do ajuste fiscal em função de sua intrínseca impopularidade. A este movimento crítico à presidenta juntara-se o campo majoritário do PT, a CNB, ainda que nem sempre pelos mesmos motivos.

Desde o início do segundo governo Dilma, parte importante da CNB irritara-se por falta de espaço no Planalto, pois segundo o grupo, a presidenta teria valorizado demais a Mensagem ao Partido, segunda força interna do PT, mais à esquerda, ao conceder-lhe a Secretaria-Geral da Presidência a Miguel Rossetto e a Secretaria de Relações Institucionais a Pepe Vargas. Isto fez com que, desde o início de 2015, os integrantes do campo majoritário, que controlam a direção do PT, sempre que possível exercessem uma oposição mais viva, quando comparado ao primeiro mandato Dilma, às medidas do governo que diziam não concordar.

A Mensagem ao Partido, entretanto, primeiro rebatia que o próprio convite aos ministros para tais postos havia sido uma surpresa. E de fato o foi: Pepe Vargas, por exemplo, só ficou sabendo que estava sendo cotado para o governo no dia do anúncio da composição dos ministérios. Além disso, integrantes da Mensagem defendiam Dilma do que julgavam ser críticas oportunistas, pois historicamente a CNB nunca havia tido maiores problemas com a adoção de políticas econômicas ortodoxas. Diferentemente, apesar de não existir com tal

nome, a Mensagem – ou a maioria de seus integrantes – sempre fora identificada como mais heterodoxa, sendo crítica à linha econômica adotada por Palocci quando ministro da Fazenda. Contudo, devido à conjuntura política, o grupo da Mensagem ao Partido afirmava ser importante dar o apoio público necessário ao governo e às medidas da presidenta, e não engrossar o caldo das críticas.

Numa situação tipicamente petista, os que nunca aceitaram a proposta de um ajuste fiscal agora o defendiam, ao passo que os que sempre defenderam sua necessidade, agora, o criticavam.

Outra discordância dizia respeito à Lava Jato, sobre a qual o PT pedia algum tipo de intervenção do executivo, sobretudo nas pessoas de Dilma e Zé Eduardo Cardozo, para que acabassem com o que petistas caracterizavam como "vazamentos seletivos" e "espetacularização" das ações da Lava Jato. De um lado, em um documento aprovado pela executiva nacional do PT em junho, a direção do partido afirmava que: "Preocupam o PT as consequências para a economia nacional do prejulgamento de empresas acusadas". Por outro, o Planalto desaprovava o tom da declaração, e tanto Dilma quanto Cardozo se negavam – e assim o fizeram até o final - a interceder nas operações judiciais.

O ponto mais evidente dessa crise interna pôde ser identificado em meados de junho, quando, em evento no Instituto Lula, o ex-presidente petista afirmou: "Dilma está no volume morto, o PT está abaixo do volume morto, e eu estou no volume morto. Todos estão em uma situação muito ruim". Era também frequente, e naquele momento consenso entre as lideranças do partido, a crítica ao então ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, por supostamente ser "omisso" e "inoperante". Sobre Cardozo vale a pena recordar um evento que este autor presenciou na campanha de 2014. Em um ato da militância petista no primeiro turno das eleições, na sede nacional do PT de Brasília, vários dirigentes discursavam num palanque improvisado no estacionamento. Artur Chioro, Gilberto Carvalho e outros fizeram falas eufóricas e a militância, como é de praxe, energizada, aplaudia e entoava palavras de ordem. Mas assim que subiu ao palanque Zé Eduardo Cardozo para discursar os ânimos mudaram subitamente. Inúmeros militantes começaram a vaiar, uns poucos aplaudiram quase que por educação e foram ouvidas críticas como "esse aí ninguém entende!", "tucano enrustido!", e até "se a gente ganhar, ele não pode continuar no governo!".

Retornando aos eventos desestabilizadores, cabe dizer que a operação Operação Politeia deixou a elite política do país de sobreaviso e acuada, pois um juiz de primeira instância ousava desafiar figuras do calibre de um ex-presidente da república. Ademais, o simbolismo novamente aparecia em cena realçado com a espetacularização midiática das

apreensões dos três carros importados de Fernando Collor. Enquanto isso, a delação de Júlio Camargo causava problemas mais objetivos ao Planalto, já que Eduardo Cunha rompeu com o governo em função deste episódio. Para o então presidente da Câmara, o acusado teria sido obrigado a mentir em sua delação, pois, segundo Cunha, tratava-se de uma perseguição política orquestrada pelo Planalto e pelo Procurador-Geral da República, Rodrigo Janot, com intuito de constrangê-lo. O rompimento de Cunha e a formalização de sua condição de opositor agravava a crise institucional vivida no país, e o peemedebista prometia intensificá-la com as instalações das CPIs do BNDES e dos fundos de pensão. Com esta posição, os canais de comunicação entre os chefes do executivo e legislativo se encerravam definitivamente, como apontou o professor da UFPE Antônio Lavareda, em artigo da *BBC Brasil*: "Ele já fazia oposição na prática, mas agora queimou todas as pontes, não tem mais espaço para negociação". Por fim, a prisão de Zé Dirceu, enquanto ainda cumpria prisão domiciliar em razão do "Mensalão", foi mais um duro golpe na imagem do PT. Figura extremamente execrada a pela opinião pública, o reaparecimento de Dirceu nos noticiários sendo preso outra vez alimentava os discursos resumidos na hashtag #ForaCorruPTos.

Não bastassem estes quatro elementos ocorridos desde o julgamento do parecer do TCU, houve um quinto vinculado quase que indiretamente à Lava Jato, e um sexto não vinculado, porém explosivo. Um se refere ao rebaixamento da nota de risco do Brasil pela agência Standard & Poors, que apontava para os riscos econômicos advindos da incerteza da crise política, e declarava:

> Desde 23 de março de 2015, quando reafirmamos pela última vez os ratings do Brasil, os riscos de rebaixamento aumentaram. Alteramos a perspectiva para 'negativa', pois, apesar das amplas alterações nas políticas em curso, as quais acreditamos continuam recebendo o suporte da presidenta, os riscos de execução aumentaram.

Este rebaixamento da nota de crédito chegava como uma confirmação do discurso da oposição sobre o estado de calamidade econômica em que o país se encontrava, e sobre a incapacidade de gestão do governo Dilma.

O outro era mais um fator a desgastar a legitimidade do Partido dos Trabalhadores. No dia 16 de julho, em meio à letargia política do governo, quando então se comentava nos bastidores a possibilidade – alguns preferiam dizer necessidade - de Lula assumir algum cargo para ajudar Dilma, o MPF-DF abria um inquérito contra o ex-presidente para investigar supostos pagamentos indevidos por possível tráfico de influência em favor da empreiteira Odebrecht. Não é necessário explicar a repercussão da abertura de inquérito contra o principal

nome da política brasileira desde 2003. Para a felicidade de seus detratores, a já desgastada imagem de Lula se fragilizava ainda mais, o que diminuía também sua legitimidade enquanto "apagador de incêndios", como quando foi à Brasília, dias depois do vazamento da delação de Ricardo Pessoa, articular uma resposta política à crise gerada pelas declarações do empreiteiro.

Em meio a este terremoto político, a oposição reorganizava sua estratégia. O principal partido da oposição, o PSDB, que havia deixado a tese do *impeachment* de lado, aprovava em sua convenção nacional de início de julho o apoio à convocação de novas eleições antes de 2018. A iniciativa respondia à popularidade do próprio PSDB no momento, que era recorde em função do desgaste petista. Mas, como na vida e sobretudo na política, nem tudo que reluz é ouro: na verdade, o partido se encontrava extremamente dividido e debilitado internamente. Dirigentes históricos, FHC, por exemplo, haviam criticado pública e fortemente posições que o partido adotara para aplicar derrotas ao governo no Congresso, como o projeto de fim do fator previdenciário e a redução da maioridade penal. Além disso, a disputa interna pelo controle da sigla e da futura indicação do nome presidenciável para 2018 repercutia sobre as táticas a serem adotadas em relação às possibilidades de saídas institucionais da crise política.

De um lado, Aécio Neves, com popularidade em alta devido à recente derrota por pequena margem de votos, defendia a tese de novas eleições; noutro, Alckmin esperava que Dilma "sangrasse" durante seu mandato para ele mesmo derrotar um eventual herdeiro dos governos petistas; por fim, Serra defendia a discussão da adoção do sistema parlamentarista a partir de 2018 e já conversava com Michel Temer um eventual *impeachment* em que o tucano paulista fosse alçado a um cargo ministerial. Isto significa dizer que os interesses pessoais e políticos desses três protagonistas centrais da oposição oficial ao governo constituíam variáveis decisivas na determinação do curso dos acontecimentos políticos, confirmando, assim, as geniais observações de Tocqueville em *Lembranças de 1848*.

Esta análise das três alternativas tucanas de poder são resumidas um mês depois, em agosto, pelo professor da Unicamp Marcos Nobre, quando após uma reaproximação de Dilma com Renan Calheiros ao assumir a "Agenda Brasil", o cientista social e filósofo acreditava que Dilma havia ganhado um fôlego que serviria para enfrentar a jornada de protestos de agosto:

> Pode-se dizer com segurança que, depois de aberto o leque de opções à Dilma – Geraldo Alckmin, Aécio Neves, José Serra e Michel Temer –, nenhuma delas conseguiu grande adesão no sistema político nem na elite da sociedade. Essas quatro opções seriam: a impugnação da chapa Dilma-Temer pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral) abrindo caminho para novas eleições e para Aécio; Temer assumindo

> depois de um impeachment e Serra como "superministro" tentando se viabilizar para 2018; Dilma se mantém enfraquecida no poder e Alckmin entra como candidato em 2018 ou Temer governando sem o PSDB. Nenhuma dessas alternativas se viabilizou, para pegar o sistema político e dizer: vamos para tal direção. Se não há, fica-se com o que tem. Dilma ficou, e o governo ganhou tempo, o que é essencial nesse cenário de crise política.

Entretanto, Nobre já alertava que a instabilidade geral do momento prevalecia sobre a reaproximação de Dilma com o PMDB do Senado:

> Ergueu-se um muro de proteção ao governo em relação às manifestações de rua, e parece relativamente bem construído ao menos para enfrentar esse momento de turbulência mais grave. Isso significa que o governo pode sobreviver a 2015, mas esse arranjo provisório não vale para 2016. A situação econômica não estará melhor em 2016, e no cenário político há uma decisão do PMDB de ficar com Dilma, mas tudo vai depender do alcance da operação Lava Jato sobre partidos e políticos.

Com os fatos já ocorridos, hoje constatamos que a instabilidade mudou a rota do PSDB, que naquela Convenção aprovou o chamado às novas eleições por meio de um acordo entre Aécio, Alckmin e Serra. A articulação se dava para manter a unidade dentro do partido até as eleições municipais de 2016, quando se abriria então a porta para a indicação do nome das eleições presidenciais. Todavia, mesmo com a recém-adotada política de abandonar a estratégia do *impeachment*, vários parlamentares e dirigentes partidários seguiam defendendo tal alternativa, como deduz-se do *post* do deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) em que convocava à manifestação: "Amigos, no dia 16 de agosto vamos voltar às ruas não mais para protestar. Agora vamos pedir o impeachment de Dilma, responsável maior por um governo corrupto, mentiroso e incompetente."

Ao passo que os tucanos ziguezagueavam, Eduardo Cunha tornava-se o "meu malvado favorito", expressão adotada pelos favoráveis ao afastamento da presidenta, pois logo após o rompimento com o governo passara a analisar os pedidos de *impeachment* semanas antes dos protestos. Sobre este episódio, um trecho do artigo do jornal *Estado de São Paulo* resume o que se passava muito bem:

> [...] o peemedebista decidiu tirar os pedidos da gaveta e pediu que seus autores ajustassem os documentos dentro das exigências regimentais. O procedimento é incomum. Quando as petições não se enquadram no formato, elas normalmente são remetidas direto ao arquivo. A iniciativa foi a senha para que os grupos de oposição à presidente Dilma Rousseff selassem um pacto informal de não agressão com o presidente da Câmara. Apesar de ter sido acusado por um dos delatores da Operação Lava Jato de ter recebido propina, Cunha será poupado nas manifestações contra a corrupção marcadas para o dia 16 de agosto. Em contrapartida, os ativistas esperam que os pedidos de impeachment, agora devidamente formatados e encorpados, sejam acolhidos.

Por fim, ainda que não seja um elemento formalmente de oposição, vale ressaltar um forte ponto de desestabilização interna. Em relação ao PMDB, a crise não se dava apenas por causa dos conflitos gerados a partir da atuação de Eduardo Cunha, que foi erroneamente tido como fragilizado quando denunciando pelo MPF. À época, já a partir de finais de junho, outras movimentações nos bastidores do Jaburu eram manchete, e noticiava-se amplamente que dirigentes do PMDB estariam procurando quadros do PSDB para conversar a respeito de um eventual governo Temer.

Sobre uma conversa com FHC, o *Estadão* publicava:

> o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso foi o primeiro a ser procurado por um integrante da Executiva Nacional do PMDB para saber sobre a possibilidade de uma aliança informal neste momento. Segundo um peemedebista que teve acesso às conversas, o tucano teria dito que apoiaria uma coalizão em torno de Temer.

Contudo, revelando a atualidade das observações de Maquiavel sobre a lógica muito particular do jogo político, ao Estado, o ex-presidente tucano afirmou: "Não estive em conversa alguma sobre esta questão, nem caberia a mim cogitar do que não está em pauta, apesar de estar preocupado, como qualquer brasileiro, com a instabilidade atualmente prevalecente na política nacional". A sondagem se dava no momento mais crítico da popularidade de Dilma Rousseff, quando sua aprovação batia míseros 7,7%; e o apoio ao *impeachment*, 62,8%, segundo pesquisa do *CNT/MDA*.

Naquele momento, a crise institucional passava também pelas pressões que diversas facções do PMDB investiam em Temer para que deixasse a coordenação política do governo em gesto de distanciamento de uma gestão vista como caótica e ineficiente. Dilma, que nunca se dera bem com pessoas identificadas como "políticos tradicionais", emplacara a contragosto o vice-presidente na coordenação política do governo, em abril, com a importante tarefa de aprovar o ajuste fiscal, somente por causa da negativa do Congresso em negociar com Pepe Vargas e da recusa de Eliseu Padilha em assumir o posto.

Ainda assim, Dilma nunca dera autonomia plena para o vice-presidente e seus braços direitos, sempre enviando Mercadante e Berzoini para acompanhá-los, o que fez com que o peemedebista chegasse um dia lamentar: "Eles subestimam a inteligência alheia". Havia por parte dos peemedebistas, igualmente, ressentimento com Dilma e sua sombra, Aloízio Mercadante. Ambos seriam difíceis no trato, e especialmente este último causava aversão a toda a base aliada do Congresso. Tal falta de sensibilidade política de ambos pode ser

exemplificada no fato de que nenhum dos dois sequer telefonou a Michel Temer para prestar agradecimentos quando as duas medidas provisórias do ajuste fiscal, com muito custo, foram finalmente aprovadas no Congresso.

As críticas do PMDB a Dilma também versavam sobre a dificuldade de indicação de nomes a cargos estratégicos no governo e sobretudo a liberação de verba para emendas parlamentares, pois haviam sido contingenciadas devido ao ajuste fiscal. As emendas parlamentares, cuja importância reside em ser o recurso que os parlamentares contam para o destino de verbas aos seus municípios, podendo assim "mostrar serviço" às suas bases eleitorais, são um procedimento corriqueiro na negociação política entre Legislativo e Executivo. Contudo, Dilma parecia ignorá-lo em virtude da situação financeira do país, e, novamente, sua retidão – ou falta de traquejo político – irritava a base de apoio parlamentar.

Disto resulta um episódio que no momento pareceu confuso, mas hoje pode ser encarado como elucidativo. No início de agosto, Temer, em meio às pressões de seus correligionários, recebia um grupo de parlamentares da base aliada e de ministros do governo Dilma. A reunião consistia em um alerta para o governo. O grupo avisava que, caso não houvesse a liberação das emendas e das indicações, infligiriam ao Planalto mais revezes no Congresso com outras "pautas bomba". Logo após a reunião, Temer ligou para Dilma explicando a situação e se propôs a fazer imediatamente um pronunciamento. Dilma consentiu.

Foi então que Temer declarou: "É preciso que alguém tenha capacidade de reunificar a todos, reunir a todos, de fazer esse apelo. Eu estou tomando a liberdade de fazer este pedido porque, caso contrário, nós podemos entrar numa crise desagradável para o país." Lembrando que na política nenhuma palavra é aleatória e a escolha de cada termo empregado carrega fortes significados implícitos, para além do ambíguo "*alguém*", que parecia excluir a possibilidade de Dilma ser esse "*alguém*", outra parte chama a atenção: "Não vamos ignorar que a situação é razoavelmente grave, não tenho dúvida que é grave porque há *uma crise política se ensaiando*..."

Ora, em política dois e dois não necessariamente são quatro, porém uma somatória de conjuntos não leva a um conjunto vazio; da mesma forma, todos os elementos que vêm sendo aqui narrados não poderiam ter um destino que não fosse o do agravamento das crises institucional, política e econômica – crises estas que, como já se deve ter percebido, se retroalimentavam. Natural: governos podem ser competentes ou incompetentes, ou ainda, tornar-se populares ou impopulares - faz parte do processo político. Outra coisa, no entanto, é o Vice-Presidente da República tentar se descolar de sua inerente condição de governo,

distanciando-se de quem ocupa o cargo de Presidente, e, desta maneira, em um mesmo breve discurso, prenuncie tanto o "*ensaio*" de uma crise política quanto a necessidade do surgimento de "*alguém*" com capacidade de reunificar a todos. Tal processo político foge ao padrão esperado. Contudo, como uma anedota anterior mostrara, pode-se dizer que a desconfiança entre Presidente e Vice-Presidente foge ao padrão também, e esta foi a justificativa dos peemedebistas à época.

4 A REORGANIZAÇÃO DO GOVERNO E A ORGANIZAÇÃO DO *IMPEACHMENT*

Como já vimos, neste cenário instável e incerto, o governo teve de enfrentar outra significativa onda de manifestações por todo o território brasileiro. Entretanto, com os protestos marcados para domingo 16 de agosto de 2015, o governo logrou dois suspiros no início da semana. O primeiro foi uma aproximação de Dilma com Renan Calheiros, que havia se distanciado do Planalto desde que seu nome surgira na famosa lista da Lava Jato; por tabela, Dilma se aproximava do PMDB do Senado como um todo. Em um gesto de trégua política, o presidente do Senado Federal oferecia a Dilma um programa de "modernização liberalizante" não tão agressivo quanto os projetos vindos da Câmara, aprovadas sob a batuta de Cunha, como o PL da Terceirização e outros. Ainda assim, as 29 medidas causavam estupefação aos petistas. O programa denominado de "Agenda Brasil", na verdade, foi fortemente criticado tanto pelos movimentos sociais como pelos parlamentares progressistas, a exemplo do comentário do senador gaúcho Paulo Paim: "Ela (a Agenda Brasil) é praticamente a revogação da Lei Áurea."

Contudo, o próprio Renan, em reunião com os ministros da área econômica do governo, estabelecia o propósito desta "Agenda", que além do Senado "capitanear a retomada da animação econômica", deveria também:

> [...] tratar de tudo, da reforma do Estado, da coalizão, da sustentação congressual. Esse modelo político, essa coalizão, ela já se esgotou no tempo. É preciso dar fundamento ao ajuste, à agenda da retomada do crescimento, sinalizar claramente com relação ao futuro do Brasil e construir uma convergência com relação a esse futuro.

Por outro lado, a oposição aproveitava para espetar: "Semana passada o vice-presidente Michel Temer foi o primeiro-ministro, agora é Renan Calheiros quem manda. É uma troca: para Dilma ficar, Renan Calheiros assume", dizia o deputado Bruno Araújo (PSDB-PE), referindo-se a quando Temer pronunciou-se a respeito da necessidade de alguém reunificar o país.

O que ocorria, de fato, eram as três coisas ao mesmo tempo: Dilma cedia seu programa político uma vez mais em busca do necessário apoio parlamentar, e para obter este apoio deveria ceder também protagonismo aos que faziam esse gesto de estender-lhe a mão. Independentemente do enfoque que se queira dar a essa negociação, o resultado objetivo era claro e inequívoco, vide as palavras de Renan naquele dia, quando perguntado sobre o

impeachment: “Na medida que o Congresso tornar isso prioritário, estaremos pondo fogo no Brasil. E não é isso que a sociedade quer de nós”.

O outro suspiro, por seu turno, foi obtido a partir de uma decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a apreciação das contas do governo. Ao formalizar sua ruptura com o governo, a primeira decisão de Eduardo Cunha, quando findou-se o recesso parlamentar, foi a de colocar em votação na Câmara o julgamento das contas de todos os governos anteriores ao de Dilma Rousseff. O presidente da casa tentava, assim, agilizar o processo para votar as contas do primeiro mandato de Dilma. Entretanto, a presidenta da Comissão Mista de Orçamento, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), entrou com um mandado de segurança no STF pedindo a anulação das votações da sobre as contas, ao argumentar que estas deveriam ser feitas em plenário do Congresso Nacional, em sessão conjunta da Câmara e do Senado, e não somente da Câmara. O ministro Luís Roberto Barroso, na ocasião, indeferiu o pedido de liminar da senadora, declarando que embora a votação das contas em casas separadas ocorra desde a Constituição de 88, a próxima votação, relativa ao primeiro mandato de Dilma, essa sim, deveria ser feita em sessão conjunta do Congresso. Desta maneira, com uma decisão aparentemente contraditória, o STF transferia o poder de colocar a apreciação das contas do governo em votação para as mãos do presidente do Senado, Renan Calheiros – o mais novo aliado de Dilma. O Planalto conseguia, então, fôlego para atravessar pelos protestos do domingo 16.

A jornada de agosto, menor que a de março e maior que a de abril, parou o país mais uma vez. Foram contabilizados quase 900 mil manifestantes nas ruas, em números da PM; os organizadores, por sua vez, falaram em uma assistência de 2 milhões de pessoas. Novamente, as características dos outros protestos se repetiram também neste, e o resultado apontava, uma vez mais, para um aprofundamento da divisão do país sustentada por discursos de oposição ao governo, a Dilma, a Lula e ao PT, que exigiam a saída da presidenta do cargo. Ademais, nesta jornada, as homenagens ao juiz Sérgio Moro e à Operação Lava Jato faziam-se ainda mais frequentes, destacando-se em relação às outras manifestações até então ocorridas, e evidenciando a importância crescente que a Operação vinha tomando para grande parte do país. Nesta data, por exemplo, junto aos já difundidos adesivos de “Fora, Dilma e leve o PT junto”, aparecia um outro espalhado pelos carros das capitais brasileiras: “Lava Jato, eu apoio.”

Outro ponto de inflexão no que diz respeito aos demais protestos ocorridos até então é que os partidos de oposição passaram de apoiadores dos protestos para mobilizadores de fato. O principal partido de oposição do país, por exemplo, o PSDB, dedicara suas inserções no

horário de propaganda partidária para chamar o povo às ruas e incentivara suas lideranças parlamentares a comparecer no protesto; caso de Aécio Neves, que pela primeira vez compareceu a um protesto contra o governo e discursou no carro de som do MBL, quando declarou: "Quem vai tirar o Brasil da crise são vocês. Chega de mentira e de corrupção. Estamos juntos, porque o meu partido é o Brasil". Estas duas últimas frases seriam um dos bordões sempre repetidos por inúmeros cidadãos e parlamentares favoráveis ao *impeachment*. No entanto, a oscilação do PSDB em relação ao afastamento da presidenta continuava: Aécio evitava responder perguntas sobre um possível impedimento, enquanto Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) e até Carlos Sampaio (PSDB-SP), ferrenho defensor afastamento da presidenta desde o início do ano, chamavam os cidadãos a irem às ruas para pedir novas eleições.

O impasse vivido pelos que se somavam às manifestações era resumido por Kennedy Alencar, jornalista do SBT e da CBN, em artigo publicado em seu blog no dia do protesto:

> A exemplo do que ocorreu nos protestos de março e abril, os manifestantes deste domingo têm como obstáculo a própria pauta de reivindicações. O governo não tem como atender às reivindicações. Em linhas gerais, a pauta é contra a corrupção. Mas o que se pede de maneira específica é a saída da presidente Dilma Rousseff, seja por meio de um processo de impeachment ou uma eventual renúncia.

Naquela ocasião, com a demanda pelo *impeachment* já de corpo tomado nas ruas, começara-se a exigir da presidenta, então, que renunciasse ao cargo. Contudo, a resposta de Dilma sempre fora negativa, e entre o círculo político de Brasília, do governista mais próximo ao opositor mais distante, sabia-se que era uma alternativa a não ser considerada. De todos modos, apesar do dito impasse, as ruas deixavam claro que o *impeachment* era uma vontade concreta de uma parcela significativa da sociedade brasileira, que havia sido capaz de produzir as maiores manifestações vistas no país desde as Diretas Já.

Muitas pessoas do campo político favorável ao governo Dilma relativizavam a magnitude dos protestos. Escoravam-se na análise de que estes teriam gozado de uma divulgação incomum pelos grandes meios de comunicação, que, praticamente durante a semana inteira na véspera das manifestações, teriam veiculado reportagens que funcionavam como difusoras dos locais e horários de concentração e, até, de incentivo para o comparecimento aos protestos. Realmente todos estes apontamentos ocorreram. Houve ainda outros fatos que também podem ser interpretados como potencializadores não tradicionais de manifestações de rua, por assim dizer, mas objetivamente, para aquela conjuntura, tais fatores já estavam dados. Independentemente de quais possíveis variáveis pouco republicanas teriam

ajudado a mobilizar o maior contingente de pessoas das últimas décadas, o fato é que as pessoas foram às ruas.

Mais uma vez, o campo social pró-*impeachment* impunha uma derrota ao governo mobilizando mais gente que as manifestações pró-Dilma. Marcadas para a quinta-feira seguinte, dia 20, os protestos organizados pela CUT, UNE, MST e MTST levaram 73 mil pessoas aos protestos, segundo a PM; 190 mil, segundo a organização. Era um número evidentemente menor que a jornada do domingo anterior, mas ao mesmo tempo era suficiente para manter o clima de acirramento de ânimos e polarização social, que, perenemente, desde o início do ano, continuava latente sobretudo por meio das redes sociais.

O segundo semestre de 2015 se desenvolvia, então, a partir de uma falsa sensação de recuperação e reorganização do governo. Até dezembro, a história política do país conviveu com iniciativas políticas que pareciam realmente recompor a base parlamentar e reestruturar as alianças do Planalto. Em contrapartida, inúmeros dirigentes de diversos partidos trabalhavam para costurar uma ruptura política que levasse ao isolamento de Dilma e seu posterior impedimento. A grande incógnita que nasce, ou que começa a tornar-se pública, neste período, passa a ser a atuação do vice-presidente e de seus mais fieis aliados: Geddel Vieira Lima, Eliseu Padilha e Moreira Franco. Noutras palavras, as movimentações de parte da cúpula do segundo partido mais importante da coalizão governamental começavam a apontar abertamente para uma direção rumo ao *impeachment* da presidenta.

Ainda no fim de agosto, por exemplo, mais precisamente no dia 25 daquele mês, Temer anunciava que deixava as funções da coordenação política do governo para se dedicar à "macropolítica", em gesto interpretado como afastamento do núcleo político do Planalto. Um dia depois, confirmando a contraditoriedade dos eventos que se sucediam, a presidência, por meio de Eliseu Padilha, anunciava a liberação de 500 milhões de reais em emendas parlamentares, acenando para a base aliada. Enquanto isso, falava-se já de uma reforma ministerial que visasse, por um lado, reduzir ministérios como um sinal a mais de enfrentamento à crise, que naquele crítico momento entrava em recessão técnica após dois trimestres consecutivos de recuo no PIB, e, por outro, recompor a base de sustentação do governo federal.

Em setembro, porém, a oposição teria outro motivo a comemorar. No primeiro dia do mês, Hélio Bicudo, fundador do PT que tinha sido deputado federal e vice-prefeito de SP pelo partido, junto à assinatura da advogada Janaína Paschoal, protocolava na Câmara dos Deputados um pedido de *impeachment* de Dilma baseado nos escândalos da Petrobrás e nas "pedaladas fiscais". A comemoração da oposição não era pouca, pois tratava-se do primeiro

pedido de *impeachment* juridicamente embasado, cujo autor tanto era jurista de renome nacional, como antigo membro de destaque do partido a que se dirigia a peça acusatória. O impacto do documento elaborado por Hélio Bicudo foi grande, e ficou ainda maior quando, em meados do mês, sua filha foi a Brasília para protocolar a segunda versão do pedido, após Cunha solicitar que se realizassem ajustes formais. Desta vez, o documento incluía também a assinatura de movimentos sociais e do jurista Miguel Reale Jr, que, estando presente no momento da entrega do documento, explicava sua interpretação do momento em que o país vivia a partir da expressão "ditadura da propina":

> A ditadura da propina é aquela que corrói a democracia por dentro, que elimina a independência e a honradez desta Casa, através da compra de partidos políticos e apoio de deputados. É pior do que a ditadura dos fuzis. A ditadura dos fuzis se afronta e enfrenta diretamente. A outros precisa ser descoberta e foi descoberta, seja no mensalão ou no Petrolão".

Enquanto o impacto do que os meios de comunicação definiram como "principal pedido de impeachment contra Dilma" continuava repercutindo na opinião pública, e no momento em que se discutiam os arranjos da reforma ministerial, o Planalto seguia sofrendo reveses em dois campos que o erodiam continuamente. Na justiça, a Operação Lava Jato continuava causando danos à imagem do Partido dos Trabalhadores. O juiz Sérgio Moro determinara, naquele mês, a primeira condenação de um político fruto de uma ação da Lava Jato, e André Vargas, deputado federal pelo PT que havia sido vice-presidente da Câmara Federal, era penalizado em 14 anos e 4 meses de regime fechado por corrupção passiva e lavagem de dinheiro. Além de André Vargas, outros dois dirigentes petistas voltavam às manchetes em função de casos de corrupção no âmbito da Lava Jato. O ex-tesoureiro do partido, João Vaccari, virava réu por corrupção passiva qualificada; assim como José Dirceu, que responderia também por organização criminosa e lavagem de dinheiro.

O campo econômico, por sua vez, continuava não mostrando sinais de melhoras: o desemprego subia, a inflação continuava distante da meta, e a produção, o investimento e o consumo caíam. Para o desfortúnio do governo, todos os sinais de uma economia em crise continuavam latentes, mas como tentativa de aproveitar o momento de reorganização interna para mostrar pulso firme no combate à crise, Dilma lançava um importante pacote de corte adicional de gastos ao mesmo tempo que anunciava o retorno da CPMF a uma taxa de 0,2%, menor que o 0,38% de antes. O resultado do anúncio, porém, não trouxe nenhuma melhora de imagem ao governo. Àquela altura, o desgaste era tamanho que qualquer declaração vinda do Planalto era vista pela sociedade como certificado de incompetência ou de má-fé. Somado a

isto, a natureza das medidas em si tampouco ajudavam ao governo, que a partir do novo pacote de austeridade propunha aumentar o período de congelamento salarial dos servidores públicos de 6 meses para 1 ano, suspender os concursos públicos e elevar a tributação. Como em todo período de arrocho, as políticas de austeridade contribuíam para manter níveis de popularidade do governo em baixa. Para piorar a situação de impopularidade de Dilma, ainda em função da economia, no dia 22 de setembro, o dólar batia recorde ao ultrapassar os R$ 4,00 pela primeira vez na história no país em que o reina o "populismo cambial", segundo a expressão cunhada pela economista e ex-deputada federal Maria da Conceição Tavares.

Também foi naquele período que o papel dúbio jogado pelo PMDB se aprofundou. Já no início do mês, no dia 3 de setembro, o vice-presidente Michel Temer dava uma declaração que definitivamente abria os olhos do círculo político próximo a Dilma. Em um evento empresarial, organizado por Rosangela Lyra, descrita pelo jornal O Globo como *socialite* paulista e integrante do movimento oposicionista "Acorda, Brasil", Temer declarou à plateia que "se (Dilma) continuar assim, com 7%, 8% de popularidade, de fato, fica difícil (de chegar ao fim do mandato)".

Dias depois, Moreira Franco concedia entrevista a "O Globo", onde o ex-ministro disparava, após ser perguntado sobre ter receio de Dilma não concluir seu mandato:

> Tenho! [...] O Palácio não consegue criar uma relação de confiança com seus aliados. Veja: depois de uma reeleição apertada, o ministério foi composto para diminuir a força do PMDB, principal aliado do governo. Ao (ministro das Cidades, Gilberto) Kassab e ao (ex-ministro da Educação) Cid Gomes foram dados o papel de diluir o partido na Câmara.

O dirigente peemedebista, ademais de se dizer receoso de Dilma não terminar o mandato, aproveitava para registrar e apontar pública e cirurgicamente o ensaio fracassado, iniciado na campanha eleitoral de 2014 do PT, de incorporar o PSD de Kassab e o PROS dos irmãos Ferreira Gomes à base governista no intento de diminuir a força do PMDB.

Na seguinte frase, o presidente da fundação Ulysses Guimarães concluía taxativamente: "Um erro, temos 50 anos de existência. Não somos amadores." Sobre Moreira, chama a atenção um pequeno texto do jornalista Ancelmo Gois, publicado em seu blog, no qual narra que "um grande empresário" teria avaliado como um "*erro*" de Dilma a demissão de Moreira Franco. Segundo a fonte não revelada: "Ela jogou Moreira, que tinha feito um bom trabalho no ministério, na conspiração, coisa que ele sabe fazer muito bem."

A corda, que já estava tensamente esticada há tempo, parecia estar mais ruída do que aparentava. E de fato estava. Há informações, ainda que desencontradas, de que em meados

deste mês de setembro Aécio teria se reunido pela primeira vez com Temer. Uns afirmam que teria sido na casa de Temer, em São Paulo; outros, na casa do senador Romero Jucá (PMDB-RR). As informações que coincidem nos artigos publicados em diferentes datas sobre tal reunião dizem respeito à época e ao teor da conversa, conforme pode ser verificado na *Folha de São Paulo*, em "No auge da crise, em 2015, Michel Temer se encontrou com Aécio", de Daniela Lima, e pela publicação da *Exame*, de Guilherme Dearo, com o título "PSDB articula impeachment com Temer nos bastidores". Depois de haver se encontrado com FHC, Serra, Alckmin e Aloysio Nunes, e haver patrocinado reuniões com figuras importantes do PSDB desde agosto, Temer teria chamado a principal liderança pública do PSDB para abordar o possível afastamento de Dilma Rousseff da presidência.

No encontro, Aécio teria pontuado que o PSDB precisava que fosse publicizada a perspectiva do *impeachment*, e que este teria de ser liderado pelo PMDB, de modo que, assim, os tucanos não poderiam recusar um "pedido de ajuda". Na avaliação do PSDB, era necessário ainda um tempo a mais de desgaste do governo antes da abertura do processo. Ademais, embora o partido como um todo tivesse comprometido com a iniciativa, Aécio teria declarado que os tucanos não estariam na formação de governo Temer. O único dirigente do PSDB que teria se oposto a algum destes pontos seria José Serra, manifestando, desde o início, interesse em participar da possível composição de Temer.

Entre declarações e acenos públicos dúbios, e reuniões e articulações a portas fechadas, o PMDB começava se sentir confortável para, pouco a pouco, mostrar explicitamente seu distanciamento do PT. Um dos momentos que marcou este giro público foi a inserção partidária peemedebista na TV, no dia 24. Não era a primeira vez que uma propaganda do PMDB deixava desconfortável a líderes petistas do Planalto, como na ocasião da inserção de fevereiro, que com o bordão "O Brasil é a nossa escolha" e sem menções a Dilma ou ao governo, o maior partido brasileiro começava sua propaganda anunciando em fundo preto: "Não, não são as estrelas que vão me guiar. São as escolhas que vão me levar". A inserção do dia 24 de setembro deixará a ambiguidade totalmente de lado.

Já no primeiro trecho da última propaganda partidária do ano, o PMDB exibe o tom oposicionista de seu discurso:

> O Brasil enfrenta uma crise econômica, que já resulta em recessão e desemprego, e uma crise política que retarda a mudança desse cenário. Os efeitos dessa combinação? Uma sociedade angustiada, à espera de soluções, cansada de sempre pagar a conta, pessimista diante do nó, que não se desfaz.

Em seguida, emendava, espetando o Partido dos Trabalhadores: “É hora de deixar estrelismos de lado. É hora de virar esse jogo. É hora de reunificar os sonhos.” Durante a propaganda, o que muitos jornalistas denominaram de “alto e baixo clero do PMDB” se juntava para, de maneira encadeada, fazer pequenas falas sempre em tom crítico. Destacava-se, porém, ausência de uma importante dirigente do partido, a ministra Kátia Abreu, que além de aliada política havia se convertido em amiga pessoal da presidenta nos últimos anos. Em relação ao conteúdo do programa, nas inserções dos quadros partidários peemedebistas fazia-se menção mais de uma vez a “reconhecer os erros”, num momento em que esta era uma das principais críticas dirigidas à Dilma, referentes à sua condução da política econômica.

Das falas, talvez aquela que teve maior relevância foi a de Moreira Franco. Nela, após Picciani dizer que “nada mais natural que o maior partido do Brasil propor o diálogo, e encaminhar mudanças para recolocar o país no rumo do crescimento”, o ex-governador do estado do Rio de Janeiro concluía: “Foi assim na volta da democracia, na estabilização da nossa moeda, nos avanços sociais dos últimos anos. E vai ser assim também agora na reunificação do país. O PMDB forte faz você forte, faz o Brasil forte”.

Se analisarmos sua pequena mas significativa inserção, o então presidente da Fundação Ulysses Guimarães dividia os últimos trinta anos do país em quatro momentos de virada histórica, na qual, segundo Moreira, o PMDB teria tido um papel dirigente. Moreira Franco, já na data da propaganda, em setembro, igualava a importância daquele período político vivenciado pelo país a episódios como o da redemocratização brasileira, e apontava que o próximo passo após esse momento, ou seja, a saída das crises política, econômica e institucional de 2015, passaria também pelo protagonismo dos peemedebistas. O PMDB, finalmente, postulava-se como alternativa real de governo.

À essa altura, o Planalto já tinha noção do que estava em jogo. Daqui em diante, a melhora da economia e da imagem do governo concorreriam, enquanto objetivos, com a neutralização do cerco à presidenta que alguns dirigentes do PMDB articulavam, trabalhando pela a ruptura da aliança PMDB-PT.

Justamente por causa destas disputas, de como acomodar mais efetivamente as diversas alas do PMDB, o governo era forçado a adiar a reforma ministerial, que teria sido anunciada na semana da inserção partidária do PMDB. A equipe de Dilma desenhava uma reforma que garantisse uma maior e mais sólida base no Congresso Nacional, negociando prioritariamente com os líderes das duas casas, uma vez que a presidente já se preparava para uma eventual votação sobre seu afastamento.

A estratégia, porém, ao deixar outros caciques à margem da negociação, emperrava o processo. O possível corte de Eliseu Padilha da esplanada, por exemplo, foi fato que irritou seus correligionários mais próximos, sendo inclusive lembrado posteriormente por Temer em sua famosa carta à presidenta. Vendo que adentrava em um vespeiro, Dilma recuou e o manteve. Outra indignação foi manifestada no dia primeiro de outubro, um dia antes do anúncio da reforma, por um manifesto assinado por 22 dos 66 deputados do PMDB, exatamente um terço da bancada da Câmara, no qual diziam denunciar que "o governo, sem apontar um caminho claro, rende-se a um jogo político pautado pela pressão por cargos, num leilão sem qualquer respaldo em projetos ou propostas, sem conseguir apontar um horizonte de esperança para o povo brasileiro".

O líder desse grupo, Lúcio Vieira Lima, deputado pela Bahia, ainda completava em sua fala para a imprensa: "*Estamos manifestando insatisfação com esse processo da reforma ministerial. Não é possível que ainda tenha espaço para esse fisiologismo escancarado, esse 'toma-lá-dá-cá'. Estamos vendo nessa reforma uma tentativa da presidente de diminuir as pressões ao seu mandato*". Em contrapartida, o líder do PMDB na Câmara, o jovem deputado carioca Leonardo Picciani, rebatia as críticas respondendo que esses mesmos deputados haviam tido a oportunidade de se manifestar na reunião da bancada, e que muitos sequer o fizeram. Independente de como tenha sido o processo, a existência de um manifesto de 1/3 da bancada do PMDB expunha as contradições latentes do partido que ocupava a vice-presidência e de sua relação com o governo do qual era parte integrante.

O que talvez possa ter passado batido ao leitor, caso já não saiba ao que aqui se refere, é o sobrenome do líder dessa articulação em torno ao manifesto: Vieira Lima. Tal qual o de um dos braços direitos de Michel Temer, Geddel Vieira Lima. Lúcio e Geddel são irmãos, e nunca se teve nenhuma notícia de uma grande divergência pública ou disputa entre eles. Geddel, por sua vez, era já próximo do vice-presidente quando foi o encarregado de construir a primeira candidatura de Temer para a liderança do PMDB, em 1995, e desde então se manteve como fiel aliado.

À época da reforma ministerial, Geddel dera uma entrevista também criticando, na mesma linha do irmão, o que considerava ser "o mais desavergonhado fisiologismo". Tal afirmação reiterava o discurso adotado por ele, então presidente do PMDB da Bahia, desde julho, quando disse que um setor do PMDB pressionaria pelo desembarque do governo federal, afirmando: "Faremos a partir de agora uma luta aberta (pela ruptura com o governo), sem constrangimentos".

Geddel, que fora ministro da Integração Nacional no segundo governo Lula e vice-presidente da Caixa no primeiro mandato Dilma, desde aquele momento passara a articular o rompimento definitivo do PMDB com o PT. Não por acaso, quando parte da cúpula peemedebista conseguiu adiar a Congresso do partido de outubro para março com claro intuito de postergar qualquer decisão referente à aliança de governo, a seção baiana da sigla pressionou para que fossem mantidos o calendário e os pontos a serem deliberados.

Em linhas gerais, a reforma ministerial dava mais espaço para o PMDB, mantinha os aliados PCdoB, PSD, PTB, PDT, PRB e PR, e reduzia o do PT. Quanto a este último, os setores mais próximos ao ex-presidente Lula, cujo nome chegou a ser cogitado nos bastidores petistas para integrar o governo, se deslocavam para o centro político do governo; caso de Jaques Wagner, que deixava a Defesa para assumir a Casa Civil, e Ricardo Berzoini, transferido do Ministério das Comunicações para a Secretaria de Governo. O nome de Dilma da articulação política, Aloízio Mercadante, era colocado de lado, retornando ao Ministério da Educação.

Em relação ao complicado PMDB, a novidade vinha a partir dos dois nomes prometidos ao líder da Câmara, Leonardo Picciani. A bancada de deputados peemedebistas indicara Celso Pansera e Marcelo Castro para Ciência e Tecnologia e Saúde, respectivamente. O primeiro era notícia por ter sido chamado de "pau-mandado" de Eduardo Cunha por um réu da Operação Lava Jato, Alberto Yousseff; o outro, por ser quem desalojava o PT de um dos ministérios mais importantes da esplanada.

A promessa feita diretamente ao deputado Leonardo Picciani, respondia à tática adotada pelo Planalto em investir nesse grupo do PMDB, o "clã" dos Picciani. Com a acentuação da crise política ao longo do primeiro semestre, Dilma telefonara e convidara Jorge Picciani, o pai, para um café da manhã no Alvorada no mês de agosto. Numa reunião com a presidenta e seus dois braços direitos, Giles Azevedo e Zé Eduardo Cardozo de um lado, e Jorge Picciani, presidente do PMDB-RJ, e seu filho, líder do PMDB na Câmara, Leonardo Picciani, do outro, era estabelecida a aliança com a promessa de dois ministérios. Do ponto de vista do Planalto e dos Picciani, era uma jogada sem perdedores em que ambos se beneficiavam mutuamente: trocavam-se dois ministérios pelo apoio de um grupo que tinha um pé na velha guarda – o pai –; e outro, em ascensão, na jovem guarda, liderado pelo promissor líder do PMDB na Câmara, o filho.

Com Eduardo Cunha imerso em escândalos de corrupção que assinalavam para a impossibilidade de sua continuidade no cargo, já se falava acerca de Leonardo Picciani ser seu possível substituto na presidência da Câmara com o apoio do Planalto. A negociação, em

síntese, consistiria em dois ministérios que permitiriam aglutinar a maioria dos votos do PMDB na Câmara e, num cenário não muito distante, possivelmente recolocar a presidência da Câmara numa posição se não mais alinhada ao governo, como mínimo em uma muito menos hostil do que aquela que havia desde fevereiro de 2015, com Eduardo Cunha.

Apesar de Dilma ter conseguido levar a cabo sua estratégia de dividir o PMDB naquela ocasião, negociando em separado para contemplar concomitantemente três alas do partido por meio desta reforma – PMDB da Câmara, do Senado e do círculo de Temer –, os apoiadores do governo e os movimentos organizados, que mesmo críticos já se organizavam contra um possível *impeachment*, se indignavam com a transformação das Secretarias de Direitos Humanos, de Políticas de Promoção de Igualdade Racial e de Mulheres em um único ministério, o da Cidadania. Além disso, causava revolta à militância o fato de ter cedido a pasta da Saúde para os peemedebistas. Criticava-se, então, que de concessão em concessão o governo acabaria sendo uma gestão do PMDB, e não do PT. No entender de Dilma, porém, a reforma se dava para: "*[...] garantir mais equilíbrio à coalizão que me elegeu e deve governar comigo*".

As avaliações gerais sobre a reforma eram variadas. Entusiastas do governo afirmavam que Dilma acertava e deixava fora de cena a possibilidade de um *impeachment* com o fortalecimento de sua base parlamentar. Críticos diziam que a "dança das cadeiras" daria um alento de semanas, talvez meses, mas que não resolvia questões estruturais do governo. No meio termo, alguns viam uma bomba relógio que Dilma havia armado: o atropelamento político de Temer ao deixá-lo fora das negociações com o PMDB da Câmara e do Senado. Em entrevista ao *Estadão* três dias após a reforma, o filósofo e articulista Denis Rosenfeld matizava:

> A jogada da presidente foi de alto risco, pois terminou criando problemas no PMDB, na suposição de que estaria contentando suas diferentes alas. [...] em todos estes anos petistas o PMDB, apesar de seus problemas, tem sido um poderoso fator de estabilidade institucional e de moderação política, impedindo excessos político-sociais e advogando pela unidade do País. E se adotou esse rumo, isso em muito se deve à atuação de seu presidente, Michel Temer, também vice-presidente da República. Note-se que sob sua liderança o partido conseguiu conciliar suas desavenças internas, mantendo-as sob controle. [...] ora, o que fez a presidente da República? Resolveu implodir essa união, como se ela devesse dar agora as cartas. Passou literalmente por cima do presidente do partido. [...] Alienou um aliado decisivo!

Embora a análise de Rosenfeld tenha se mostrado correta, porquanto o vice-presidente continuou se afastando gradualmente do governo, é importante precisar dois elementos. O primeiro é que o articulista parte do ponto que à época ainda havia margem de negociação

com Temer, o que não pode-se saber exatamente. A segunda, relativa a uma crítica mais geral, advinda inclusive de setores petistas, é a personificação da crítica em Dilma. A bem dizer, era ela a dirigente política máxima, cabendo, em última instância, a ela mesma tomar as decisões políticas. Contudo, vale lembrar, Dilma sempre ouvira e procura Lula, chegando inclusive a pedir que o ex-presidente se fizesse presente em algumas circunstâncias, tal qual neste caso da reforma ministerial, quando o petista passou a semana em Brasília auxiliando nas negociações. Isto sugere que Dilma foi apoiada pelas principais lideranças petistas na tentativa de dividir o PMDB.

Mas a pretendida repactuação com a base aliada deixou muito a desejar, continuando a incerteza quanto à fidelidade dos aliados: o governo prosseguiria enfrentando dificuldades por todos os lados. No dia 7 de outubro, o Tribunal de Contas da União realizava, após os recursos da defesa, o julgamento final do parecer que indicava a reprovação das contas do governo. Uma vez mais, o voto favorável ao parecer foi unanimidade no tribunal em função verificação das "pedaladas fiscais". Em seu voto, Augusto Nardes, o relator, apontou que "*o que se observou foi uma política expansiva de gastos sem sustentabilidade fiscal e sem a devida transparência. Nessa esteira, entende-se que os atos foram praticados de forma a evidenciar uma situação fiscal incompatível com a realidade.*"

Com a decisão do TCU, não só o clamor da oposição social à Dilma se fazia maior, mas também o pedido de abertura do processo de *impeachment* ganhava um arcabouço jurídico mais sólido para sustentar-se. E assim foi. Além de ressoar fortemente pelos meios de comunicação e redes sociais, a aprovação do relatório de Nardes permitiu que Miguel Reale Jr, Hélio Bicudo e Janaína Paschoal apresentassem nova peça acusatória para o *impeachment* de Dilma, desta vez incorporando os dados da decisão do TCU. No mesmo dia em que se protocolava o novo e mais robusto pedido de *impeachment*, o dirigente peemedebista Moreira Franco concedia entrevista ao *Broadcast Político*, na qual sublinhava um argumento amplamente utilizado pelos defensores do *impeachment*, rebatendo a forma de Dilma enfrentar a questão:

> Eu não compreendo, acho um equívoco, um erro (Dilma insistir na desqualificação do impeachment). Não é uma iniciativa que cabe à Presidência colocar e manter. Para se ter um golpe, é preciso ter militar no meio, sem militar não é golpe, e o impeachment está previsto na própria na Constituição, enquanto insistir nessas declarações, mais vai estimular esses movimentos.
> XXXXX

Todavia, a presidente contava com um certo fôlego para enfrentar a situação, tanto por causa da recém-feita repactuação com o PMDB, como pelo enfraquecimento de Eduardo Cunha. Naquele mês, o presidente da Câmara havia sofrido um duro revés quando noticiou-se a suspeita de que teria sob seu nome contas na Suíça, uma vez que o deputado declarara na CPI da Petrobrás que não as tinha, o que poderia levar à cassação de seu mandato por quebra de decoro parlamentar. Dias depois, os partidos PSOL e REDE entraram com representação contra o peemedebista no Conselho de Ética.

A situação de Cunha se agravou quando a TV Globo teve acesso com exclusividade aos documentos encaminhados pelo ministério público suíço ao Brasil, e todos os meios de comunicação replicaram as imagens dos documentos com seu passaporte e suas assinaturas que comprovavam a existência de tais contas, jogando a totalidade da opinião pública contra o deputado. A sobrevivência de Eduardo Cunha passaria, então, a depender de sua capacidade de arregimentar os votos necessários para impedir a abertura de um processo contra si no Conselho de Ética da Câmara.

Constatando a situação de fragilidade de Eduardo Cunha, única pessoa que poderia dar prosseguimento à abertura do processo de *impeachment*, o governo iniciou um diálogo para estabelecer um acordo com o deputado carioca. Dilma negara, e ainda nega, que isto tenha ocorrido sob suas ordens ou sob seu conhecimento, e desde que tal fato surgiu, a presidenta fizera questão de afirmar que não havia negociação política com Eduardo Cunha, pois não seria negociação, mas "*extorsão*". O que se tem notícia hoje, porém, é de que, nesse momento, primeiro Edinho Silva, ministro da Comunicação Social e Gilles de Azevedo, assessor especial da presidente, teriam se reunido com Cunha; depois, Jaques Wagner.

Vale ressaltar, todavia, que mesmo para dirigentes partidários ou parlamentares estas notícias não chegavam, fato que causava uma confusão política tremenda, já que em determinados momentos era difícil distinguir o que seria um falso rumor da imprensa, um boato plantado pela oposição, ou um gesto político do governo. Tais negociações ficavam restritas a um pequeno grupo de confiança de Dilma e Lula, que da *nomenklatura* partidária oficial incluía-se apenas Rui Falcão, até onde se sabe. Quanto mais delicado era o assunto, mais restrito sempre ficara e, assim sendo, o assunto Cunha era aquele com maior nível de desconhecimento sobre o que realmente acontecia nos bastidores.

Retornando à negociação com Eduardo Cunha, nas reuniões, o presidente da Câmara teria feito três demandas para que não acatasse nenhum pedido de *impeachment*: intervenção do Planalto nas investigações da Lava Jato, substituição do ministro da Justiça, Zé Eduardo Cardozo, e obstrução do prosseguimento das atividades do Conselho de Ética na Câmara.

Frente à impossibilidade do Planalto de acatar as duas primeiras, teria sido acordado que o governo trabalharia para que os deputados do PT, que eram os fieis da balança, votassem contra a abertura do processo de Cunha no Conselho de Ética. E assim foi feito. Desde então, a pressão de Jaques Wagner sobre a bancada petista, e especialmente sobre seus três integrantes do Conselho de Ética, foi grande.

De modo geral, o destino do governo, embora incerto, parecia residir ainda na capacidade de seus dirigentes em solucionar os impasses políticos que existiam, e, desde a reforma ministerial, a cúpula petista vinha conseguindo fazê-lo com vitórias parciais, ainda que tais acordos, como o de Cunha, erodissem e desagradassem os grupos sociais que o apoiavam. Outro exemplo de vitória parcial seria o adiamento do Congresso do PMDB, que estava marcado para novembro junto com o encontro da Fundação Ulysses Guimarães, deixando o primeiro para março de 2016 e mantendo o segundo na mesma data. No evento postergado, seria discutida uma possível ruptura do PMDB com o governo, que possivelmente acabaria sendo aprovada pela maioria dos participantes do Congresso, segundo as opiniões de então. O adiamento foi visto como uma forma de o governo ganhar tempo com o PMDB, ao que o presidente da Fundação, Moreira Franco, rebatia: "[...] nós não queremos ganhar tempo. Nós queremos ter propostas para sair da crise. Nós estamos perdendo o ano. Não está se ganhando tempo, pelo contrário, está se perdendo tempo do ponto de vista das decisões que são indispensáveis para sairmos da crise."

Na linha da declaração de Moreira Franco, em coletiva de imprensa no Palácio do Jaburu no final do mês, Temer, que declarou falar enquanto presidente nacional do PMDB e não vice-presidente da república, lançava o documento "Ponte para o Futuro". Com duras críticas à política econômica de Dilma, o texto, que serviria como base do encontro de novembro da Fundação Ulysses Guimarães, apresentava alternativas para a recuperação econômica desde uma visão distante daquela tradicionalmente identificada com os setores petistas.

Hoje sabe-se que a responsabilidade política pelo documento ficou a cargo de Moreira Franco, que delegou o trabalho a Roberto Brant, ex-ministro da Previdência de FHC. Brant, por sua vez, mobilizou Delfim Netto, José Serra, e os economistas José Márcio Camargo e Marcos Lisboa, que havia sido Secretário de Política Econômica do governo Lula, para fecharem o texto. Como pode ser notado, todos críticos das políticas econômicas adotadas por Dilma: fosse a nova matriz econômica, então já unanimemente esquecida, fosse a austeridade de Levy, também criticada pelos próprios petistas, mas desde uma perspectiva diametralmente oposta.

Quando divulgada, a Ponte para o Futuro causou grandes impactos na já profunda crise política e institucional. Para o Planalto, obviamente, reafirmava o descolamento do PMDB, que vinha sendo cautelosamente monitorado, e aumentava as sempre existentes e então ainda mais intensas desconfianças dos petistas. Contudo, este impacto não se resumiu somente a uma questão interna do governo. A notícia se fez presente em todos os meios de comunicação, que deram ênfase a três aspectos: as grandes divergências entre PT e PMDB, o descontentamento do segundo, e a fragilidade do governo conduzido pelo primeiro.

O *Jornal Nacional*, por exemplo, dedicou quase cinco minutos de sua programação a uma reportagem sobre as críticas e propostas contidas no documento, abrindo o tema com a seguinte apresentação: "O documento é uma ruptura do PMDB com o atual modelo econômico do governo. Ele traz uma mensagem clara: o PMDB tem um caminho próprio e daqui pra frente vai segui-lo. Mesmo que entre em choque com as propostas do governo." Em seguida, dava destaque aos trechos literais:

> [...] O Brasil se encontra em uma situação de grave risco, numa profunda recessão que deve continuar em 2016. [...] a situação poderia estar menos crítica, porque nos últimos anos é possível dizer que o Governo Federal cometeu excessos, seja criando novos programas, seja ampliando os antigos, ou mesmo admitindo novos servidores ou assumindo investimentos acima da capacidade fiscal do estado. [...] é preciso mudar a forma de administrar o país, mudar leis e até mesmo normas constitucionais, sem o que a crise fiscal voltará sempre, e cada vez mais intratável, até chegarmos a uma espécie de colapso.

Dois dias depois o jornal *O Globo* publicaria um editorial intitulado "Bases para um amplo acordo nacional contra a crise", elogiando o que também ficou conhecido como "O Plano Temer". Inúmeros colunistas de destaque dos principais meios de comunicação seguiriam a mesma linha elogiosa nos dias após a publicação da "Ponte".

Depois do lançamento da "Ponte para o Futuro", as rusgas com o PMDB ficaram nos bastidores até dezembro. A única exceção talvez seja o fato, amplamente noticiado na época, de Temer ter sido recebido no encontro da Fundação Ulysses Guimarães aos gritos de "Presidente!" e o clima de independência em relação ao governo que se notava na reunião. A portas fechadas, entretanto, as articulações continuavam sendo tecidas por vários dirigentes políticos. O Jaburu tornara-se ponto de encontro de diversas autoridades.

O lançamento do documento peemedebista dera algo concreto para que o partido se apresentasse enquanto alternativa de poder, e o conteúdo programático agradava aos críticos do governo. A edição da *Veja* da segunda semana de novembro, por exemplo, vinha estampada com a cara do vice-presidente com o título: "O Plano Temer – Como o vice-

presidente e seu partido se preparam para assumir o governo caso Dilma caia." Tal ideia passara a ser divulgada, como narra a jornalista Júlia Duailibi, que acompanhou o senador Romero Jucá, então cotado para assumir a vice-presidência do PMDB em março, num encontro com empresários do eixo Rio-São Paulo. Duailibi conta que, nesse encontro, Jucá explicava aos participantes sobre o que consistia a Ponte para o Futuro, resumindo-a na assertiva: "Esse documento é um pano de fundo para uma transição". Após o senador fazer críticas à política econômica de Dilma, os ânimos do público só cresciam, segundo o relato da jornalista:

> "O governo Dilma é um governo ideológico, intervencionista e corporativista. Tudo o que não se deve ser", disse Jucá, causando boa impressão na plateia, que se alinhava ao senador nas críticas à administração petista. "E os gastos com a Previdência? Haverá cortes?", queriam saber. "E o Bolsa Família?", insistiam.

Jucá respondera, então, direta e abertamente, de maneira geral, o que se esperava ouvir: "O governo Dilma não tem aliança no Congresso para aprovar mais nada. Precisamos agora de uma transição. O país não aguenta ficar no limbo por mais três anos."

Entretanto, no Congresso Nacional, o clima ainda era de acerto político entre governo e base aliada, na qual se incluía com destaque setores do PMDB, sobretudo os do Rio de Janeiro. O Planalto conseguiu manter os vetos que trariam grandes rombos orçamentários e emplacou uma importante vitória ao aprovar o projeto de repatriação de recursos não declarados no exterior, duramente criticado pela oposição. Em um mês, começava-se a obter resultados concretos também no Congresso, o que se avaliava ser fruto do trabalho de Jaques Wagner e Ricardo Berzoini, assim como da entrada do próprio Lula nas negociações políticas, ainda que fora do governo.

Neste contexto, é interessante registrar o clima contraditório no campo de apoio ao governo. De um lado, inúmeros "governistas", como era o caso da maior parte dos que compunham o campo majoritário do PT, a CNB - Construindo um Novo Brasil -, elogiavam as concessões feitas a partir da reforma ministerial e o acerto em colocar quadros de perfil negociador como Berzoini e Wagner. Inúmeros artigos em blogs e sites identificados com a defesa do governo celebravam um "recuo tático para um avanço estratégico". Do outro lado, setores com divergências táticas apontavam que o Planalto não só repetia tudo o que importantes setores do Partido dos Trabalhadores e dos movimentos sociais, como a Mensagem ao Partido, segundo maior grupo do PT, ou o Levante Popular da Juventude, organização juvenil próxima ao governo, para dar apenas dois exemplos, criticaram na eleição

de 2014, mas que inclusive aprofundava tal processo. Na visão destes, com a propalada necessidade de tantas concessões, o governo havia acabado mostrando sua face progressista apenas em pouquíssimos momentos do segundo governo Dilma.

Nos cálculos do governo, mais importante que contentar aqueles que o apoiavam seria manter-se vivo e aprovar os projetos necessários para recuperar a economia do país. Todavia, para infelicidade do governo, aparentemente nem tudo estava sob seu controle, e em finais de novembro novas acusações de corrupção tomavam os noticiários por meio da Operação Lava Jato. O primeiro escândalo era a prisão do pecuarista José Carlos Bumlai, no dia 24 de novembro. As especificidades da denúncia não interessam a este trabalho, mas, sim, que envolvia indiretamente o filho caçula do ex-presidente Lula e, consequentemente, a ele também. Tendo sido já intimado a prestar depoimento no final de outubro no âmbito da Operação Zelotes, o filho do ex-presidente era um motivo a mais para o desgaste da imagem petista e do governo.

No dia seguinte, porém, acontecia o evento que mais abalaria o Planalto: Delcídio do Amaral, senador do PT pelo Mato Groso do Sul e líder do governo no Senado Federal, era preso no hotel em que vivia em Brasília por tentativa de obstrução das investigações da Operação Lava Jato. A repercussão da prisão de Delcídio foi monumental. Dois motivos explicavam o impacto no noticiário. O primeiro, claro está, se deve ao fato de que Delcídio era o líder do governo na câmara alta do Congresso Nacional, o que implicava necessariamente confiança e trânsito total com o Planalto. O segundo, mais técnico, é relativo à prisão em si. Por ser senador em exercício, Delcídio só poderia ser preso em flagrante, como foi, e, depois disto, o Senado Federal teria 24 horas para pôr em votação a manutenção de sua prisão ou sua soltura. Desta maneira, o fato da prisão em si, na verdade, durou 24 horas e incluía uma votação no Senado Federal.

Em meio a uma grave crise política que se combinava em diversas áreas, a prisão do líder do governo no Senado, do mesmo partido da presidenta da república, era mais do que um simples argumento para ratificar as críticas da oposição, de que o governo não só convivia, mas operava a partir da corrupção. O caso Delcídio foi grave porque, no mesmo dia, vazaram à imprensa os áudios em que o senador prometia ao filho de Nestor Cerveró uma mesada de 50 mil reais pelo silêncio do pai, ao mesmo tempo que, em seguida, sugeria "centrar fogo no STF" para que soltassem Cerveró. Para completar, logo depois propunha uma rota de fuga aconselhando até o modelo do avião a ser usado. Ademais, com a prisão preventiva, em que não há data para soltar o detento, pressionava-se por uma delação

premiada cujo conteúdo poderia comprometer toda a cúpula política de Brasília, e especialmente do governo.

O cenário político, que aparentava ter-se acalmado, voltava a agitar-se. Enquanto isso, preparava-se para a outra semana a votação da abertura do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara. Naquele momento, toda a expectativa midiática pairava sobre os três parlamentares do PT, que sofriam também pressões para posicionar-se de maneiras distintas vindas do governo e da direção partidária. Frente a toda esta movimentação, a população assistia a rapidez dos fatos que se sobrepunham. Na semana seguinte, outro evento abalaria definitivamente o Planalto.

5 O FATOR CUNHA

Em 2 de dezembro de 2015, numa quarta-feira, por volta das 18 horas, o Presidente da Câmara, Eduardo Cunha, dava andamento ao requerimento formulado pelos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal.

Aceitava-se, assim, a peça acusatória que daria lugar ao *impeachment* de Dilma Rousseff baseada nas famosas "pedaladas fiscais" do governo em 2015, e no alegado descumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal ao editar decretos liberando créditos extraordinários também em 2015 sem o aval do Congresso Nacional.

No momento da aceitação, o pedido teve o apoio formal dos partidos de oposição DEM, PSDB e PPS. Mas ao longo da tarde, o deputado carioca se reuniu com diversos deputados das legendas do PP, PSC, PMDB, DEM, PR e SD para checar eventuais apoios ao encaminhamento do pedido de *impeachment*. Ao ver que caso aberto o processo contaria com amplo suporte, Eduardo Cunha decidiu prosseguir e, em declaração à imprensa na Câmara dos Deputados, afirmou: "(sic) a mim não tem nenhuma felicidade de praticar esse ato e não o faço por nenhuma motivação de natureza política". Em seguida, destacou o fato de ter refutado outros pedidos até então, e que também "o refutaria se estivesse em descumprimento da lei". Pelas redes sociais, por sua vez, Cunha disse tomar a decisão para atender a um apelo das ruas.

Horas depois, no Palácio do Planalto, Dilma Rousseff fazia um de seus mais fortes pronunciamentos: "São inconsistentes e improcedentes as razões que fundamentam esse pedido. Não existe nenhum ato ilícito praticado por mim". Em sequência, a presidenta disparava:

> Não paira contra mim nenhuma suspeita de desvio de dinheiro público. Não possuo conta no exterior, nem ocultei do conhecimento publico a existência de bens pessoais. Nunca coagi ou tentei coagir instituições ou pessoas na busca de satisfazer meus interesses. Meu passado e meu presente atestam a minha idoneidade e meu inquestionável compromisso com as leis e a coisa pública.

Mas por quê? Afinal, o que justificaria à autoridade máxima do Poder Executivo proferir uma declaração tão beligerante como esta? Pela importância da figura de Eduardo Cunha, que já deve ter sido notada até aqui, vale a pena voltar no tempo algumas décadas.

Era 1989, e o recém-criado PTN lançava Fernando Collor de Mello para a disputa presidencial daquele ano. É nesta data e por meio deste grupo político que a carreira pública do economista carioca começa. Eduardo Cunha entra pela primeira vez na política pelas mãos

do então tesoureiro de campanha de Collor, PC Farias. Este o convida para ser tesoureiro responsável da campanha do Rio de Janeiro e, em função disto, Cunha assume também um posto na executiva do partido.

Ao longo da corrida presidencial de 1989, a candidatura de Fernando Collor estava isolada no primeiro lugar. Contudo, em determinado momento, um outro postulante disparara. Era o apresentador Sílvio Santos, que, sendo o único a se aproximar do já então favorito Fernando Collor por um momento parecia mostrar, inclusive, chances de batê-lo num eventual segundo turno. A candidatura em ascensão, como se sabe, acabou impugnada. Não fosse o fato do partido de Sílvio Santos, o PMB, ter realizado apenas 4 das 9 convenções exigidas pela legislação eleitoral da época, sua candidatura teria se mantido e a história recente brasileira, quiçá, enveredaria por outros caminhos. Deste acontecimento muitos se lembram ou já leram a respeito. O que poucos sabem é que Eduardo Cunha foi o artífice deste processo – foi ele o responsável por encontrar a falha no registro do PMB que deu lugar à impugnação.

Em 1991, como prêmio pelos serviços prestados à candidatura, PC Farias faz a indicação a Collor do nome de Eduardo Cunha para a presidência da Telerj – empresa estatal de telecomunicações do RJ.

Já neste primeiro cargo surge uma denúncia de corrupção. Em matéria publicada pela *Folha de São Paulo*, em 23 de novembro de 1991, e assinada por Jânio de Freitas, relata-se que seis empresas contestaram na justiça uma concorrência para produção e comercialização de listas telefônicas no estado do Rio de Janeiro.

O protesto seria "contra o cerceamento de acesso de novas empresas no mercado", e segundo Jânio, Cunha objetivava favorecer a Listel, do grupo Abril. Este cerceamento de concorrência seria feito a partir da definição em edital de um teto da porcentagem das receitas dos anúncios que deveriam ser direcionados à Telerj. Com todas as empresas oferecendo a mesma quantia de repasse à estatal, partia-se para o critério de desempate, a empresa com maior número de exemplares de listas já editadas, que apontava automaticamente para a empresa do grupo Abril. Eduardo Cunha justificava os itens do edital por um "trauma" da Telerj em relação a licitações anteriores com empresas que não conseguiram fornecer o necessário estabelecido.

Independentemente, o fato é que o escândalo prosseguiu e no dia 30 da janeiro de 1992, novamente na *Folha*, Jânio de Freitas narra uma terceira protelação do edital, desta vez marcado para uma sexta-feira, 28 de fevereiro, véspera de carnaval – segundo o jornalista, Cunha seguira a tradição do então governador Moreira Franco de marcar licitações para datas

nas quais as atenções têm outras coisas mais interessantes para onde voltar-se. De fato, o escândalo tomou tamanha proporção que a Telerj chegou a comprar um anúncio na *Folha de São Paulo* para publicar uma defesa própria.

O vendaval que soprava Cunha, entretanto, não veio só da Telerj nesse ano de 1992. Neste mesmo ano, em 14 de Junho, o jornal O Globo publicava matéria onde relatava o funcionamento do "Esquema PC" de arrecadação ilegal de fundos para a campanha de Fernando Collor à presidência. Segundo o publicado, haviam responsáveis de arrecadação em cada unidade ou conjunto de unidades federativas. No Distrito Federal, por exemplo, eram Paulo Octávio Pereira e Luís Estevão de Oliveira os nomes de PC; no Rio de Janeiro, Eduardo Consentino Cunha. Apesar de seu nome começar a aparecer conectado com notícias não muito republicanas, nada aconteceu até Collor cair.

Com o *impeachment* de Fernando Collor, aprovado em 30 de dezembro do mesmo ano, 1992, Itamar Franco pede ao então presidente da Telebrás, brigadeiro Adyr da Silva, que resolva a questão da Telerj. O brigadeiro, por meio de seu assessor pessoal, encaminha à assembleia da Telerj o pedido de exoneração de Cunha.

Novamente apontado por Jânio de Freitas, Eduardo Cunha teria se retirado da reunião para assegurar sua permanência entrando em contato com empresários, mais especificamente com a NEC, Nippon Electric Company, cujo controle acionário estava nas mãos do jornalista Roberto Marinho, do grupo Globo, desde 1986. Teriam sido empresários da NEC os responsáveis por interceder junto ao ministro peefelista das Comunicações, Hugo Napoleão, em favor de Cunha. O jornalista da *Folha* também conta que a própria nomeação do ministro Hugo Napoleão só foi efetivada depois de uma reunião sua com o Grupo Globo, acertada então por José Sarney. Logo após este episódio, uma concorrência para telefonia celular do Rio de Janeiro foi vencida pela NEC. Depois, ainda foi concedido um aditivo em sigilo onerando o contrato em 100 milhões de dólares da época.

Se foi possível resolver as tensões naquele mês de março, não foi possível nos seguintes e Eduardo Cunha pedia demissão em maio. Ao assumir a chefia da Telerj, o novo presidente José de Castro Ferreira, também segundo publicado pela *Folha*, estranha e dispensa o uso do carro de luxo, blindado, utilizado por Cunha enquanto ocupante do cargo.

Depois dessa passagem pela Telerj, Cunha se mantém no setor privado e, em 1995, próximo a Francisco Dornelles, se filia ao PPB (hoje PP, de Maluf e Espiridião Amin) e se aproxima de Francisco Silva, então deputado federal mais votado do RJ, evangélico e proprietário da Rádio Melodia FM.

A aproximação com Francisco Silva, que foi o bem sucedido apadrinhamento de Cunha, começa não apenas pela concessão de uma linha telefônica ao empresário na época da Telerj. A relação, que se mantém até hoje, também tem raízes na intermediação de Cunha na renegociação de uma dívida do deputado federal. Devedor de 16 milhões de reais ao INSS, Francisco Silva obteve uma importante redução do débito contraído, cujo valor acabou sendo refixado em 20% do total.

Como retribuição, Francisco tenta emplacar Cunha novamente na Telerj, desta vez já no governo FHC. Entretanto, as palavras do ex-presidente, registradas em seus Diários da Presidência, elucidam a negativa à demanda:

> O Eduardo Cunha foi presidente da Telerj, nós o tiramos de lá no tempo de Itamar porque ele tinha trapalhadas, ele veio da época do Collor. Eu fiz sentir que conhecia a pessoa e que sabia que havia resistência, que eles estavam atribuindo ao Eduardo Jorge; eu disse que não era ele e que há, sim, problemas com esse nome. Enfim, não cedemos à nomeação.

Tempos depois, Garotinho assume o governo do estado do Rio de Janeiro. Francisco Silva é indicado pelo governador à Secretaria de Habitação, e este indica Cunha para a subsecretaria. Com a conversão da Secretaria à Companhia Estatal de Habitação, Francisco Silva retorna ao seu mandato ao passo que indica Eduardo Cunha à presidência do Conselho de Administração da companhia.

Os três nomes, à época, eram muito próximos. Os três eram evangélicos. Além disso, um era o proprietário da Rádio Melodia FM, o outro, diretor da mesma rádio, e o terceiro, a autoridade política máxima do estado, intenso beneficiário do uso que faziam dela. A relação era tão próxima que outro ponto os ligava: o advogado Kenigsberg. A casa onde morava Eduardo Cunha, na Gávea, foi arrematada num leilão pelo próprio Kenigsberg, em representação de Francisco Silva, por menos de 20% do valor de mercado. Além disto, há também o episódio macabro da emboscada à bala que Silva e Cunha sofreram, voltando de gravar um programa de rádio na casa do então governador, Garotinho, meses após o afastamento de Cunha da Cehab.

Afastamento este que, novamente, se deu em meio a diversas denúncias de contratos sem licitações e favorecimento a empresas fantasmas. A passagem de Cunha pela CEHAB durou apenas seis meses, de outubro de 1999 a abril de 2000, mas foi o suficiente para que quatro contratos, totalizando 34 milhões de reais, fossem concedidos à microempresa que virou construtora, Grande Piso, de propriedade de Roberto Sass, filiado ao PRN na mesma

época de Cunha. Inclusive, o fim da ação judicial relativa a este caso, movida contra Eduardo Cunha no STF, se deu por prescrição de prazo, sem julgamento do mérito, no início de 2015.

Além destas acusações, entretanto, a gota d'água que custou a cabeça de Cunha foram as relações com "o argentino". La Salvia tinha seu nome conhecido no país por ser ex-procurador de PC Farias e supostamente tê-lo ajudado a fugir do país rumo à Tailândia. Com Eduardo Cunha na presidência da Cehab, o argentino teria acesso livre às dependências da estatal. Quando tais relações começaram a chamar atenção na mídia, Cunha negou; contudo, foi desmentido em seguida por outros empresários. A relação espúria seria tida através da empresa Caci, representada por La Salvia, que venceu duas licitações de 570 mil reais para auditar contratos imobiliários da Cehab. Duas CPIs acabaram engavetadas na Assembleia Legislativa do Estado do RJ.

O ponto alto do escândalo da Cehab se deu quando um dossiê anônimo foi repercutido pelo jornal O Globo, em 6 de abril de 2000. O dossiê apresentava que um esquema de propinas da ordem de 1 milhão de reais mensais abasteciam 8 pessoas, entre elas Francisco Silva e Eduardo Cunha. Quatro dias após a matéria d'O Globo, no dia 10 de abril, Eduardo Cunha era afastado da Cehab.

Um detalhe que não deve passar desapercebido é o fato de ao ser questionado por seus gastos, incompatíveis com a renda declarada, Cunha os justificou com base a um suposto empréstimo do Banco Boreal. Este banco pertence ao mesmo grupo da operadora portuária Libra, que anos depois será acusada de estar por trás do lobby de Eduardo Cunha na MP dos Portos, em 2013.

Um ano após o afastamento de Cunha da Cehab, em 2001, o TCE o notifica pelas irregularidades encontradas em sua gestão, envolvendo superfaturamento e adulteração de certidão negativa de tributos estaduais. Após tal notificação, Garotinho articula para que Eduardo Cunha assuma uma vaga na Assembleia Legislativa estadual até 2003, quando é eleito pela primeira vez deputado federal, ainda pelo PPB.

Contudo, será a partir de seu segundo mandato, já no PMDB, que ganhará força e destaque nacional, quando se elegeu presidente da Comissão de Constituição e Justiça, aproximando-se da bancada evangélica ao barrar projetos que regulamentavam o aborto. À época, foi também vice-líder do PMDB e do governo na Câmara, quando, dentre as inúmeras que protagonizou, ficou conhecido por exigir o comando de Furnas em troca da aprovação da prorrogação da CPMF, projeto que era relator. É justamente neste momento em que os atritos de Dilma Rousseff, então ministra de Minas e Energia, começam com Eduardo Cunha, já que ela se opôs frontalmente à indicação de Luiz Paulo Conde, nome de Cunha, para a estatal.

Lula, porém, cedeu à pressão do deputado e priorizou a CPMF, cuja prorrogação só foi aprovada após a nomeação do ex-prefeito do Rio de Janeiro, Conde.

Anos depois, nos quais se incluem denúncias de envolvimento no mensalão e, até, esquemas de enriquecimento em parceria com o traficante colombiano Juan Carlos Abadía, Eduardo Cunha tornou-se líder do PMDB em 2013. Após ter costurado a ascensão de Marco Feliciano para a presidência da Comissão de Direitos Humanos, que foi motivo de forte desgaste para o governo, Eduardo Cunha protagonizara um dos maiores embates que já tivera com o Planalto quando tentou derrubar a MP dos Portos, em meio a críticas de fazer papel de lobista do setor privado, e conseguira aglutinar 172 votos a favor de sua emenda aglutinava, contra os 210 votos da proposta alinhada à presidência da república. Na ocasião, apesar de ter perdido, Cunha articulara uma divisão da base aliada que girou, praticamente, em torno a si próprio. Hoje se sabe de maneira pública, graças à delação de Delcídio do Amaral, que o início do enfrentamento público e frontal de Cunha com a presidente Dilma responde, especialmente, às mudanças que a presidenta promoveu na diretoria de Furnas, em 2012, renovando todos seus membros e, assim, removendo os indicados de Cunha.

Desde então, o Palácio do Planalto abrira os olhos com relação a Cunha, que antes do episódio da MP dos Portos já tinha atuado em prol do setor privado, como no caso da Lei Geral da Copa, sendo visto como o parlamentar das empreiteiras, e atuaria novamente como trampolim parlamentar de empresários na votação sobre o Marco Civil da Internet. A bem dizer, do momento em que se alçou a líder do PMDB, Eduardo Cunha passou a organizar o que alguns chamaram de "mini-bancada própria", composta de integrantes descontentes com o governo Dilma, atravessando um arco que ia do PMDB a partidos nanicos que estavam tanto na base aliada quanto na oposição. Em 2014, já se noticiava nos meios de comunicação a formação de um denominado *"blocão"*, liderado por Cunha, com aproximadamente 250 deputados.

Sua capacidade de liderança, seu conhecimento do regimento interno da Câmara, e sua disposição e habilidade para fazer todos os tipos de política necessária, fosse republicana ou não, davam a Cunha um reconhecimento sem igual. Ao mesmo tempo, o líder peemedebista sublinhava a necessidade do PMDB não se tornar um mero satélite do PT e do risco em que isto poderia implicar ao, talvez, transformar o partido em um DEM, que na visão do deputado seria um mero coadjuvante do PSDB.

Desta maneira, Eduardo Cunha conseguiu unificar o PMDB em torno ao seu nome para as eleições da presidência da Câmara do biênio 2015-2017. Durante a campanha, o autor deste texto trabalhava como assessor da vice-presidência da Câmara, desde que Arlindo

Chinaglia substituíra André Vargas. Nunca fora segredo para ninguém, pelo contrário, era o que mais se ouvia nos corredores, que Eduardo Cunha teria financiado a campanha de aproximadamente 100 deputados federais a partir de suas ligações com diversos empresários. A alguns destes, Cunha teria financiado suas campanhas de maneira quase integral. Ainda nesta lógica, comentava-se que Cunha pediria o voto a cada deputado de sua área de influencia a partir de negociações nada republicanas, cujas histórias remetem ao que às vezes é difícil de acreditar que ainda hoje possa existir dentro de um parlamento.

Naquele período, já se interpretava uma vitória de Eduardo Cunha como a maior derrota possível para o governo, trabalhando com a possibilidade de o peemedebista deflagrar a qualquer momento o processo de *impeachment* caso fosse eleito. No dia primeiro de fevereiro de 2015, ao terminar a votação, a derrota foi ainda maior do que a esperada. Eduardo Cunha vencia no primeiro turno evidenciando seu poder e o erro de análise de algumas lideranças petistas. Erro este que esteve presente em diversos momentos: desde o início da campanha, quando Mercadante teve a ideia que a maioria dos parlamentares abraçou supondo ser factível uma candidatura petista isolada; até o último tradicional café da manhã da Mensagem ao Partido, reunião onde Henrique Fontana (PT-RS) e Paulo Teixeira (PT-SP) declararam estar confiantes não só na ida ao segundo turno de Chinaglia, mas em sua chegada em primeiro lugar.

Voltando à quarta-feira, dia 2 de dezembro de 2015, quando Eduardo Cunha aceitou o pedido de *impeachment* redigido por Hélio Bicudo, Miguel Reale Jr e Janaína Paschoal, outro elemento decisivo aconteceria no mesmo dia. Horas antes da aceitação, o Conselho de Ética da Câmara se reunia para votar o parecer do deputado Fausto Pinato (PRB-SP), que indicava a continuidade do processo contra Eduardo Cunha no Conselho. Apesar de ter sido feita mais uma manobra, como as tantas que ocorreram em virtude da habilidade política de Cunha, esperava-se que a votação fosse realizada naquele dia.

Na votação sobre o andamento da representação contra Cunha, o Partido dos Trabalhadores contava com três votos que, pelas composição do Conselho, seriam os que fariam a diferença pendendo a balança para um lado ou para outro, podendo dar prosseguimento ao processo ou livrando de uma vez o presidente da Câmara. Como já foi relatado aqui, o Planalto costurava um acordo de armistício com Cunha desde outubro, cujo elemento constitutivo seria a troca dos votos do PT no Conselho de Ética pelo arquivamento dos pedidos de *impeachment*.

A partir do momento em que este possível acordo vazou para a imprensa, a base social do governo, em quase sua totalidade, se enfureceu com a possibilidade de o PT ser o avalista

de uma anistia política a Cunha. A opinião pública, por sua vez, aproveitava para expor as contradições do discurso petista, que acusava o presidente da Câmara de sabotagem e desestabilização do governo, assim como de contribuir com um golpe em marcha contra a presidenta e, pelos bastidores, trabalhava para salvá-lo politicamente. O custo político de efetivar uma negociação de tamanho simbolismo político poderia ser alto demais para a já fragilizada imagem do PT.

À medida que Jaques Wagner e outras lideranças do governo negociavam com Cunha, respaldados pelo ex-presidente Lula, o constrangimento político pelo qual o Partido dos Trabalhadores passava, em função dessa encruzilhada política, se fazia cada vez maior. O ambiente na bancada petista era de divergência quanto à tática a ser adotada e, entre as pressões do governo e a vacilação de Rui Falcão, de falta de orientação clara a ser seguida. Para os três integrantes do Conselho de Ética, porém, a situação era ainda mais delicada. Zé Geraldo (PT-PA), Valmir Prascidelli (PT-SP) e Leo de Brito (PT-AC) enfrentavam especialmente o dilema que o Planalto lhes apresentava: a sobrevivência de Cunha seria a sobrevivência do governo, consequentemente a o governo dependeria de seus votos.

Tão forte foi a pressão exercida pelo Planalto que quando 31 deputados petistas lançaram um documento defendendo o prosseguimento da representação contra Eduardo Cunha, as assinaturas dos três integrantes do Conselho de Ética não constaram. Nesse manifesto, os assinantes declaravam que: "[...] o deputado Eduardo Cunha tem revelado, diuturnamente, a falta de qualquer pudor em utilizar sua posição de direção da Câmara em proveito próprio, inclusive promovendo e patrocinando o cancelamento da sessão do Conselho de Ética, atacando instituições e praticando toda a sorte de chantagens."

Outro dilema enfrentado pelos três membros do Conselho era não só o possível conflito interno, mas também como repercutiriam suas atuações tanto em suas bases eleitorais, quanto na base social petista em geral. Mesmo no auge de um período em que o PT realizava pactos, negociações e acordos com todo o espectro político, a quase totalidade da base petista não concebia um acordo do gênero, e muitos sequer acreditavam na possibilidade de haver sido gestada tal negociação. Inserido em um quadro composto pela crise de imagem partidária e por um governo que aplicara, ao longo do ano, medidas contrárias ao seu programa histórico, o fator Cunha arriscava ser a gota d'água que faria transbordar o copo do Partido dos Trabalhadores.

No final, como muitos custavam a acreditar que poderia ter sido diferente em algum momento, Rui Falcão pressionou definitivamente a Sibá Machado, líder do partido, para que reunisse a bancada e deliberassem sobre o que deveria ser feito em relação à votação no

Conselho de Ética. Terminada a reunião, o Partido dos Trabalhadores anunciava voto favorável ao prosseguimento da denúncia e, horas depois, Eduardo Cunha deflagrava o processo de *impeachment*. O caráter vingativo, de represália, que assumia a atitude do presidente da Câmara ao aceitar no mesmo dia um pedido que estava há mês e meio em sua mesa, era tão evidente que as próprias manchetes dos jornais o anunciavam. A *Folha de São Paulo*, por exemplo, às 14 horas, antes de Cunha aceitar o pedido, publicava uma notícia sobre a decisão do PT sobre a votação no Conselho de Ética com o título*:* "PT decide votar contra Cunha, que pode deflagrar impeachment de Dilma". Horas depois, às 17, mas ainda antes do anúncio do acolhimento do pedido, novamente a *Folha* publicava um artigo sobre uma reunião entre Cunha e seus aliados na qual avaliavam-se quatro dos mais de trinta pedidos de *impeachment*. No título da notícia, constava: "Em retaliação a PT, Cunha ameaça deflagrar impeachment de Dilma." Horas depois, o presidente da câmara baixa anunciava que havia aceitado o pedido de Janaína Paschoal, Miguel Reale Jr e Hélio Bicudo, e as manchetes do *El País* e do *Valor* noticiavam, respectivamente: "Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma" e "Irritado com o PT, Cunha aceita abrir processo de impeachment de Dilma".

6 NINGUÉM SABE O QUE TEMER

Cinco dias após a aceitação da peça acusatória elaborada por Miguel Reale Júnior, Janaína Paschoal e Hélio Bicudo, e um dia antes da sessão de terça-feira da Câmara dos Deputados que deveria votar a formação e instalação da comissão especial para a análise do pedido de *impeachment*, uma carta do então vice-presidente, Michel Temer, aparecia como fato político nacional, no dia 7 de dezembro.

Em meio às disputas que se arrastavam desde o início do segundo mandato Dilma entre as cúpulas petista e peemedebista por espaço na direção do governo federal, que remetem também às feridas não cicatrizadas da eleição da presidência da Câmara, Michel Temer escreve o que muitos analisam como uma ruptura aberta com a presidenta.

Iniciando com seu habitual gosto pela erudição, Temer registra, como primeira frase da carta, alegada ser um "desabafo" e de "cunho pessoal": *Verba volant, scripta manent* - as palavras voam, os escritos permanecem.

O presidente nacional do PMDB criticava:

> Sempre tive ciência da absoluta desconfiança da senhora e do seu entorno em relação a mim e ao PMDB. Desconfiança incompatível com o que fizemos para manter o apoio pessoal e partidário ao seu governo." Para então recordar: "Basta ressaltar que na última convenção apenas 59,9% votaram pela aliança. E só o fizeram, ouso registrar, por que era eu o candidato à reeleição à Vice.
> Tenho mantido a unidade do PMDB apoiando seu governo usando o prestígio político que tenho advindo da credibilidade e do respeito que granjeei no partido. Isso tudo não gerou confiança em mim. Gera desconfiança e menosprezo do governo.

E em seguida enumerava 11 episódios. Destes, cabe destaque o primeiro, que se tornou o mais famoso pela expressão utilizada, que eternizou sua autodenominação de "vice decorativo". Os outros pontos vão de críticas à falta de espaço para seu partido nas discussões concernentes a formulações econômicas e políticas do governo, até ao não reconhecimento de Dilma em relação ao trabalho levado a cabo por Temer quando responsável da articulação política do governo, momento no qual foi possível a aprovação da parte inicial do ajuste fiscal no primeiro semestre de 2015.

Entretanto, para além de outra recordação que também virou chacota, referente a uma reunião com o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, para a qual Temer não fora convidado, vale a pena ressaltar algumas passagens que ao longo do processo de *impeachment* poderão fechar algumas peças do quebra-cabeça da crise institucional que aqui se pretendeu ajudar a montar.

Uma delas é o terceiro ponto da carta, que diz respeito à não renovação de Moreira Franco no Ministério da Aviação Civil no segundo mandato Dilma. Não só a ordem das críticas é importante neste caso, mas, além de referir-se a um acontecimento de quase um ano, também as palavras escolhidas para fechar esse tópico: *"*Sabia que ele era uma indicação minha. Quis, portanto, desvalorizar-me. Cheguei a registrar este fato no dia seguinte, ao telefone."

Como se sabe, já dito anteriormente, Moreira Franco foi o responsável pela elaboração do programa político "Ponte para o Futuro", que meses mais tarde se converteria no eixo de atuação do governo interino. Era também reconhecido braço direito de Michel Temer, assim como principal artífice das articulações pelo desembarque do PMDB do governo Dilma e pelo próprio *impeachment*.

Outra importante passagem refere-se ao quarto item da carta, sobre a o pedido de demissão do ministro Eliseu Padilha, então a pessoa mais próxima a Temer no governo Dilma. Sobre este tema, o à época vice-presidente redige:

> Ele deixou o Ministério em razão de muitas "desfeitas", culminando com o que o governo fez a ele, Ministro, retirando sem nenhum aviso prévio, nome com perfil técnico que ele, Ministro da área, indicara para a ANAC. Alardeou-se a) que fora retaliação a mim; b) que ele saiu porque faz parte de uma suposta "conspiração".

Note-se que seu pedido de demissão de Padilha é datado de 4 de dezembro, dois dias após a aceitação do pedido de *impeachment*. Note-se, igualmente, que tanto Moreira Franco quanto Eliseu Padilha, junto a Geddel Vieira Lima, serão tidos como os dois grandes nomes de Temer em seu futuro governo.

Consta também na carta o episódio da conflituosa e tortuosa estratégia do Planalto com seu mais numeroso, ainda que nem sempre mais afável, aliado – o PMDB. Nos pontos seis e onze, Temer expõe o caminho traçado pela cúpula petista para lidar com o maior partido brasileiro. No primeiro, recorda a articulação para fortalecer Picciani, que apesar de ter feito campanha para Aécio Neves no Rio de Janeiro, após a vitória de Dilma se tornou um dos representantes máximos da ala "governista" do PMDB, tornando-se, logo após ter votado contra o *impeachment* da presidenta, Ministro dos Esportes do governo interino de Michel Temer.

A articulação deu-se no bojo da reforma ministerial de outubro e combinou o corte de Edinho Araújo, nome de Temer, e a indicação de dois ministérios para o "clã" dos Picciani,

Saúde e Ciência e Tecnologia, via negociação direta com o PMDB da Câmara, ou seja, com o próprio Leonardo Picciani. Acerca deste episódio, Temer escreve:

> [...] sou Presidente do PMDB e a senhora resolveu ignorar-me chamando o líder Picciani e seu pai para fazer um acordo sem nenhuma comunicação ao seu Vice e Presidente do Partido. Os dois ministros, sabe a senhora, foram nomeados por ele. E a senhora não teve a menor preocupação em eliminar do governo o Deputado Edinho Araújo, deputado de São Paulo e a mim ligado.

Por fim, no último episódio rememorado pela carta, Temer escancara para então sutilmente advertir: "PMDB tem ciência de que o governo busca promover a sua divisão, o que já tentou no passado, sem sucesso. A senhora sabe que, como Presidente do PMDB, devo manter cauteloso silêncio com o objetivo de procurar o que sempre fiz: a unidade partidária." E tal como descreve o líder nacional peemedebista, assim foi a realidade da relação entre PT e PMDB.

O Partido dos Trabalhadores, como ilustra o caso dos Picciani, desde o primeiro momento do primeiro mandato Dilma agia de forma a beneficiar alas determinadas do PMDB, partido sabidamente plural e complexo, a fim de alçar, esperando assim uma aproximação, aquelas que julgava capazes de ter maior incidência e capacidade de aglutinação de votos de seus correligionários. Paralelamente a isso, porém, tentava reduzir o tamanho da influência do PMDB no governo deixando-o de fora das grandes decisões econômicas.

Alguém poderia argumentar que a própria dinâmica interna do PMDB, de certa forma, possibilitava e favorecia a esse tipo de atuação. O caso dos Picciani é novamente ilustrativo. Responsáveis pela divisão política do PMDB-RJ nas eleições de 2014, os Picciani criaram o movimento "Aezão" – aqueles que apoiavam Aécio e Pezão, a sucessão do PMDB para o governo do Estado. Mas não só, eram também aliados de Eduardo Cunha, que se manteve neutro na eleição presidencial, ora criticando Dilma, ora ajudando-a apagando incêndios da campanha petista entre sua base evangélica. Leonardo Picciani ganhou a disputa para líder do PMDB no início da legislatura de 2014-2018 por 1 voto de diferença, com placar de 34 a 33. Seu rival foi o deputado Lúcio Vieira Lima, da Bahia, que como e sabe é irmão de Geddel Vieira Lima.

Numa breve recapitulação sobre Geddel, nome de grandíssimo peso no PMDB, como já foi registrado, o peemedebista tinha sido Ministro da Integração Nacional do segundo governo Lula de 2007 até 2010, quando se licenciou para disputar o governo da Bahia contra Jaques Wagner. Derrotado pelo petista, em 2014 entra novamente na disputa eleitoral do

estado. Desta vez, candidato a senador na maior chapa oposicionista já realizada na Bahia, foi novamente derrotado pela coligação liderada pelo PT, que elegeu Otto Alencar (PSD) para o Senado. Visualizando este quadro, entende-se o porquê de Dilma apostar as fichas em Picciani, assim como também por que este episódio significou outro arranhão na relação com o vice-presidente Michel Temer.

Com a carta de Michel Temer, havia unanimidade em considerar que se oficializava uma ruptura política entre o vice-presidente e a presidenta. A ex-candidata à presidência da república Marina Silva chegou a fazer uma declaração nesse sentido, como tantos outros nomes públicos. É interessante notar as variações dos discursos de cada dirigente político em relação a este episódio, dependendo do lugar em que ocupavam no xadrez do *impeachment*. Aécio Neves, por exemplo, declarava:

> Vejo que é uma carta de rompimento, onde o vice-presidente demonstra ali a sua contrariedade, a sua amargura em relação à presidente. [...] Eu acho que houve ali um destaque excessivo para nomeação e ausência de nomeações. A questão central é que, com essa carta, o vice-presidente se afasta definitivamente deste governo.

O presidente nacional do PDT, Carlos Lupi, que apoiou Dilma até o final, criticava Temer, mas com cuidado ao dizer que a carta não seria condizente com as atuações do vice-presidente: "*Neste momento, me parece oportunismo e isso não é coerente com o histórico do Michel Temer. Agora, a população não é boba e está vendo como o processo está se dando. Ele é o principal beneficiário dessa história, isso é inegável. Está tudo muito estranho e isso me cheira a oportunismo.*" Ronaldo Caiado, por outro lado, opositor ferrenho, com seu estilo algo rude era taxativo e sintético: "*A carta de Michel Temer é uma declaração a favor do impeachment de Dilma. Sem rodeios.*"

Já em relação às reações petistas, chama atenção que mesmo dentro do partido haviam diferenças sobre como elaborar o discurso daquele momento em diante. A direção majoritária ainda preferia acreditar que haveria margem para negociação, como ilustra o comentário do líder do PT no Senado, Humberto Costa:

> Eu vejo como um desabafo pessoal, questões que estão ali colocadas estão mais dentro da esfera do relacionamento pessoal do que do relacionamento político. O líder e vice-presidente Michel Temer é alguém que desempenhou um papel importante no nosso governo, na articulação política. É um democrata de larga tradição e ele sabe, assim como nós, que o momento é de baixarmos a temperatura. Não é um governo, é um país que está em jogo e por isso acredito que devemos caminhar para o campo do entendimento.

Enquanto isso, o deputado federal do PT-RS Paulo Pimenta, integrante do campo Mensagem ao Partido, adotava um tom mais beligerante, que acabou sendo usado por todos os petistas quando o *impeachment* parecia concretizar-se: "*Meia aliança é meia traição. Como se viu, a carta de V. Exa. serviu para alimentar especulações, em um momento que o país necessita de líderes que reafirmem e defendam a Legalidade.*"

Apesar dos vários nuances das análises feitas, ou dos interesses por trás de cada declaração, àquela altura todos sabiam que a partir de então o governo teria seu mais duro embate político. Dilma seria a terceira mandatária máxima do poder executivo da república a enfrentar a abertura de um requerimento de *impeachment*, ao lado de Getúlio Vargas, que venceu a votação na Câmara dos Deputados e se manteve no cargo, e Collor, que sucumbira.

Embora o governo soubesse da gravidade da situação, aparentemente, naqueles dias, ainda não havia noção do real significado desse processo. A sensação generalizada era de que a ficha ainda não havia caído, a maior parte da base social do governo, inclusive, achava que o afastamento de Dilma era uma realidade distante e difícil de ser concretizada. Com o recesso batendo na porta e as manifestações de dezembro com pouca assistência, apenas no próximo ano a contagem regressiva daquela bomba relógio seria ouvida.

Uma passagem importante a ser remarcada no final do ano é de quando, dias depois da abertura do processo, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso se reuniu no Congresso Nacional com líderes do seu partido para fechar o apoio ao *impeachment*. Na ocasião, FHC defendia a legitimidade do processo, mas fazia uma pontuação que olhando em retrospectiva foi um acerto de análise política. Na sua fala, o ex-presidente tucano enfatizou a necessidade de haver "clima político":

> Você desrespeitar, reiteradamente, a lei de responsabilidade social tendo em vista benefícios eleitorais, já que houve muita abundância de recursos laterais para uso de programas sociais no ano de eleição, é uma razão consistente [para impeachment] se houver clima político. Essa é a questão. Se esse clima se formar, há as razões.

Por ironias do destino com o PT e com o próprio autor que escreve este humilde trabalho, meses mais tarde o apontamento do arquirrival FHC seria certeiro, uma vez que o papel da mobilização favorável ao *impeachment* foi crucial para jogar os parlamentares titubeantes para o lado daqueles que defendiam o afastamento de Dilma Rousseff da presidência da república.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como é de conhecimento de todos, o ano de 2015 finaliza desembocando num dos períodos mais agitados política e socialmente já vistos pelo nosso país. Naqueles meses, até a sessão da Câmara dos Deputados do domingo 17 de abril de 2016, o clima de polarização e intolerância política atingiu níveis irrespiráveis. Somente após o Congresso, que o *The Guardian* definiu como "hostil e manchado pela corrupção", ser exposto ao mundo, e à própria sociedade brasileira, a partir da sessão do *impeachment*, os ânimos arrefeceram.

Em um café com alguns colegas do PT, durante a elaboração da parte final deste trabalho, comentávamos sobre a atmosfera em que se viveu naqueles meses.

Indignados, perguntávamo-nos como havíamos chegado ao ponto de nós, que somos militantes, ficarmos receosos ao sair de casa com uma camiseta da Dilma ou do PT. Recordamos o crítico episódio da posse do Lula, no dia 17 de março, que se deu sob contestações jurídicas e sob uma manifestação contrária à posse na Praça dos Três Poderes, no qual, em determinado momento, numa cena tragicômica, um cordão policial separava um grupo de barbudos barrigudos, de um lado, de um grupo de descamisados musculosos, do outro, enquanto ambos trocavam adjetivações pouco elogiosas.

Naquele encontro, repassamos também a quantidade de amizades que foram abaladas, de eventos familiares que terminaram em discussões nada fraternais e, até, momentos – estes, sim, cômicos – de festividade em que o interesse e a atração entre pessoas pareciam estar igualmente pautados pela política. Ao tocar esse assunto, todos nós rimos: "Há sempre um lado bom", disse um amigo, "pelo menos você já fica sabendo 'de cara' se a pessoa te quer; afinal, hoje, pra ela continuar conversando contigo depois de você falar que é do PT, é porque ela tá muito interessada mesmo!".

Deste tipo de história, que talvez sirva para daqui a alguns anos exemplificar a consequência da imagem do Partido dos Trabalhadores no cotidiano de jovens dos estratos médios da sociedade brasileira, há outra que vale a pena ser mencionada. Era outubro de 2013, quando o clima das manifestações de junho já havia sido dissipado, e um amigo, que também é militante do PT, e eu fomos a uma festa, numa espécie de *pub* em Goiânia. Este colega sempre fora um exímio orador, além de educado e simpático. Sobre suas características físicas, para não correr o risco de ser parcial, darei voz à fonte: em um de seus exercícios de humildade, meu amigo costumava se autodenominar como "apresentável a qualquer família".

Poucos minutos após entrarmos no local, o colega avistara uma possível nova amiga. Alguns minutos depois de estabelecer contato visual, fora ao seu encontro. Se bem, é certo, que eu não lhe creditaria neste ambiente a mesma eficácia que sua retórica geralmente tinha nas reuniões, naquele primeiro momento vi que havia estabelecido uma conversa aparentemente bem-sucedida, o que me permitia deixar de esperá-lo e seguir a festa. Depois de poucos passos, encontrara-me com alguns conhecidos e me integrei ao grupo. Contei a situação do meu apressado amigo e mostrei quem era a peça. Todos rimos e constatamos que havia reciprocidade naquela circunstância. Continuamos a conversa.

Cerca de meia hora depois, abatido e incrédulo, mas mantendo sua habitual euforia, meu amigo chega ao grupo e fala alto para quem quisesse ouvir: "Petista só se lasca, é dose, petista só se lasca neste país!". Eu, que já imaginara o que poderia ter acontecido, comecei a rir, e muito, porque são situações verdadeiramente caricatas, dignas de filme. O resto da turma olhava para ele sem entender absolutamente nada de qual seria a relação de sua opção partidária com a aparente negativa que teria recebido da garota. Antes que alguém pudesse indagar algo, ele completava: "Absurdo, cara! Tava tudo indo bem, tudo! Culpa desse 3G da TIM! Aliás, do (cachorro) Golden, desse vídeo do Golden que eu quis mostrar!".

Um dos meus amigos de ensino fundamental, ansioso, exclamou: "TIM, Golden?! Cara, você bebeu o quê com ela? Você...". Meu colega petista o interrompera e, como se fizesse a abertura do sempre presente ponto de análise de conjuntura de nossas reuniões, explicava: "Calma, eu estava só dando a manchete pra impactar. Agora começo o contexto, e a partir daí você vai sentir, como eu, a quebra de expectativa que houve". E prosseguiu:

> Bom... Onde eu tava? Ah, tudo tava indo bem até eu inventar de mostrar um vídeo que tinha compartilhado de um maldito Golden. Peguei o celular pra mostrar, e quando abri o facebook ela pediu que aproveitasse para adicionar ela. Adicionei ela antes de abrir o vídeo pra não me esquecer. Daí, por culpa dessa TIM, o vídeo começou a demorar pra carregar, e ela disse pra vermos no dela. Quando ela entrou no meu perfil, a primeira coisa que viu foi minha foto de capa. Pronto. A menina ficou branca, azul, roxa, rosa.

Meus outros amigos, que não o conheciam, perguntaram o porquê. Ele explicara que em sua foto de capa tinha uma imagem de uma mulher vestida com uma camisa do PT. Na imagem, acima, dizia: "Vista a camisa de um Brasil mais justo", e embaixo: "Vem ser PT com a gente!". Sem deixar que ninguém fizesse nenhum comentário, ao ver a reação de embaraço dos meus amigos, ele explicou que a partir daquele momento a garota lhe fizera umas três ou quatro perguntas sobre seu envolvimento com o PT, e a cada resposta seu semblante mostrava menos interesse. No final, a garota comentara, sarcasticamente: "Bom,

então quer dizer que pra você não existiu mensalão e o Lula não sabia de nada, né? Um santo!". Sua retórica não fora suficientemente eficaz daquela vez.

Como já foi dito algumas vezes ao longo deste trabalho, situações como essas aconteciam com uma certa frequência, e seguem acontecendo, a depender da composição social do local que se frequenta. O contrário também é verdadeiro: relações de maior proximidade eram estabelecidas entre pessoas recém-conhecidas em festas e reuniões sociais em decorrência do apoio ao PT; era como se, sabendo-se minorias, estas pessoas aproveitassem uma eventual sorte do destino naquela ocasião.

Isto se dá num momento em que a preferência partidária pelo PT retorna aos níveis de 1988, constando em 12% segundo pesquisa do *Ibope*, realizada em outubro de 2015. A diferença histórica, porém, é a presença de estratosféricos índices de rejeição. Nesta mesma pesquisa, quando perguntados sobre qual opinião tinham em relação ao Partido dos Trabalhadores, 70% dos entrevistados responderam ser *desfavoráveis* ou *muito desfavoráveis*. Ademais, pela primeira vez o *Ibope* introduziu a seguinte pergunta: "De qual partido você gosta menos?". Nela, o PT ficou no primeiro lugar, disparado, com 38% – uma diferença de 30% do segundo colocado, o PSDB, que teve apenas 8% das respostas. Esta rejeição foi ainda maior entre os que têm curso superior (50%), ganham mais de cinco salários mínimos (46%), ou têm entre 16 e 24 anos (43%).

Não bastasse isso, já a pesquisa do Datafolha do início de 2015, realizada em março, apontava para uma das situações mais críticas para o PT. Pela primeira vez na história, o partido era ultrapassado pelo PSDB entre os jovens. De 2014 a 2015, a preferência da juventude pelo PT passou de 15% a 5%, enquanto pelo PSDB foi de 5% a 6%.

Esta brusca queda da preferência eleitoral entre jovens, conjugada com a alta rejeição ao partido e a baixa aprovação do governo ao longo de 2015, explica, em parte, a crise política vivenciada pelo país. Da mesma forma, o conjunto da população sofreu com o péssimo desempenho econômico daquele ano, que teve sua maior retração do PIB (-3,9%) desde 1990, a maior alta inflacionária desde 2002 (10,67%) e a maior taxa de desemprego (8,5%) desde 2007.

Além disso, o Congresso eleito nas eleições de 2014 foi tido pelo Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – Diap como o mais conservador desde 1964. Antônio Augusto Queiroz, diretor do Departamento, destacara que:

> No caso da Câmara, muitos dos parlamentares que cuidavam da articulação (para evitar tensões) não estarão na próxima legislatura. Algo como 40% da 'elite' do Congresso não estará na próxima legislatura, seja porque não conseguiram se

> reeleger ou disputaram outros cargos. Houve uma guinada muito grande na direção do conservadorismo.

Somem-se a esses elementos os efeitos da Operação Lava Jato, as maiores manifestações desde as Diretas Já, e a tradicional antipatia dos grandes meios de comunicação, e alguém poderá perguntar como o desfecho do segundo governo Dilma teria sido diferente. Contudo, como se quis mostrar, o resultado político da somatória de quaisquer elementos é sempre muito mais complexo. Apesar de a história não ser feita a partir do que poderia ter ocorrido, situações hipotéticas servem aqui para realçar e explicitar o poder de determinadas variáveis.

Por exemplo, Dilma sempre tivera convicção de que sua retidão e honestidade a deixariam isenta de qualquer suspeita de envolvimento com corrupção, e, assim, sobreviveria em meio à crise política até que a economia desse sinais de melhora e sua aprovação voltasse a níveis sustentáveis para um governante. Com esta opção política, que condizia com seu caráter duro e sua postura de desconfiança até mesmo com seus pares, a então presidenta se negava, por princípio, a negociar com o baixo clero do Congresso. O resultado final é conhecido.

Mas e se fosse um político com mais tato e melhor convívio com parlamentares dessas características, como Lula ou Jaques Wagner, quais possíveis caminhos teriam sido tomados? Dilma optara por ouvir a genialidade *sui generis* de Mercadante, tentando dividir o PMDB e derrotar Eduardo Cunha na eleição para a presidência da Câmara. Muitos acreditavam que havia margem para uma negociação com Cunha, ou mesmo com o candidato do PSB, Júlio Delgado, que era também apoiado pelo PSDB, ao invés de lançar a candidatura solitária de Arlindo Chinaglia. Poderia ter sido diferente o resultado da eleição da Câmara? E se o PT não tivesse pressionado seus deputados a votarem pela abertura do processo contra Eduardo Cunha no Conselho de Ética da Câmara, o *impeachment* teria sido acolhido igualmente tempos depois? Caso Dilma tivesse mantido Moreira Franco no seu segundo governo, a força dos conspiradores peemedebistas teria sido tão grande?

A quantidade de hipóteses é ilimitada; entretanto, não se pretende aqui colocar a responsabilidade única e exclusivamente nos atores políticos de 2015, pelo contrário. Foi um esforço contínuo neste texto demonstrar que o clima de animosidade vivenciado no país era já insustentável desde as eleições de 2014, fruto de uma série de acontecimentos políticos que se arrastavam desde a eleição de Lula, mas tomaram proporções mais importantes especialmente a partir do episódio do Mensalão.

Este ambiente de intolerância política, gestado gradativamente por inúmeros atores, dos quais se destacam os meios de comunicação, foi fundamental para que pudessem ter lugar os acontecimentos políticos mais emblemáticos do período analisado, tais como as manifestações, *panelaços* e afins. Assim como também o foi para a idealização deste humilde trabalho monográfico.

Além de pretender expor as entranhas do ano que precedeu ao fim da "*Era PT*", a importância determinante de certos personagens e a necessidade da valorização da política como arte de negociação e estabelecimento de consensos, esta monografia objetiva, de maneira indireta, expor as contradições e irracionalidades de parte dos discursos deste período.

Compreendendo que a construção de narrativas faz parte da disputa e da propaganda política, e portanto são e serão parte do cotidiano de qualquer sistema democrático de governo, entende-se que simplificações da realidade são instrumentos para a agitação política e social. Entretanto, torna-se incompreensível que tais simplificações, especialmente em momentos de crise, se transformem em tautologias que dividam e levem a sociedade a um impasse, afetando não somente seu desenvolvimento e a estabilidade institucional, mas também os afetos e a sociabilidade de seus cidadãos.

Nos últimos anos, no Brasil, foi possível assistir a uma quantidade sem fim de pessoas com alta capacidade de minimizar toda e qualquer dissonância cognitiva para atingir um objetivo que parecia estar relacionado mais a uma questão emocional do que a uma ideológica. Assim se deu com o grande número de sonegadores de impostos tomando as ruas do país e pedindo o fim da corrupção, e assim se deu com aqueles defensores do governo Dilma que tachavam prontamente de elitista a quem manifestasse um descontentamento com o Partido dos Trabalhadores.

Certa vez, quando Lula fora convidado para assumir a Casa Civil do governo Dilma, após explicar por que acreditava ser um ato legítimo, responderam-me: "Cada um escolhe o conto de fadas em que quer acreditar". Desde então, essa frase ficou na minha cabeça. Não apenas porque quem a desferiu deve contas à Receita Federal e, na ocasião, gritava contra a corrupção, mas pelo seu significado e seu simbolismo.

Noutras palavras, aquele que me respondeu, antes de discordar de e rebater meus argumentos, deixava claro que, para ele, não importava o que se dissesse; o que importava era aquilo no que um de nós quisesse acreditar que fosse verdade. E este modo de pensar há de ser entendido como algo majoritário quando aplicado à política nos últimos tempos.

Para continuar com o mesmo exemplo, não havia presunção de inocência para o ex-presidente. Aliás, sem sequer uma acusação, Lula seria já culpado a ponto de não poder assumir um cargo público. Do outro lado, tampouco se pretendia fazer uma análise crítica dos limites pouco claros entre ilegalidades e ilegitimidades das atividades econômicas de grandes políticos fora de cena. Não havia diálogo, não havia interlocutor; havia claque.

Em termos políticos mais gerais, os que eram contrários ao governo Dilma não aceitavam que, numa democracia, não há espaço para o afastamento de um presidente da República sem a comprovação de um crime de responsabilidade fiscal. A pressão foi tamanha que, a partir de uma mudança de entendimento do Tribunal de Contas, de maneira retroativa, puniu-se a presidenta de maneira controvertida. No fundo, porém, todos sabem que o afastamento não se deveu a questões orçamentárias.

De parte dos que eram favoráveis ao governo Dilma, havia dificuldade em enxergar que as manifestações de descontentamento não eram orquestrações de uma elite golpista apenas. Podiam ser também, e os vazamentos seletivos da Lava Jato contribuíram de maneira não republicana para o desgaste do governo, assim como a antipatia da imprensa. Mas, no fundo, todos sabiam que a perda de apoio do governo tinha ocorrido em todos os estratos sociais porque houvera, sim, uma piora da qualidade de vida, da mesma forma como atos de ilegalidade cometidos por dirigentes partidários.

Contudo, o grande problema era que essa consciência ficava "no fundo": escondida, submersa, apagada, enterrada, distante de qualquer possibilidade de dissonância cognitiva.

"(...) E assim a reflexão faz todos nós covardes."
Ato 3, Cena 1, Hamlet – *William Shakespeare*

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CÂMARA. **Rose de Freitas vai ao STF contra votação de contas presidenciais na Câmara.** 2015. Disponível em: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/presidente-da-cmo-questiona-no-stf-votacao-de-contas-presidenciais-na-camara/>.

AGÊNCIA ESTADO. **Debater impeachment não é golpe, diz Moreira Franco**. 2015. Disponível em: http://www.em.com.br/app/noticia/politica/2015/10/21/interna_politica,700110/debater-impeachment-nao-e-golpe-diz-moreira-franco.shtml.

_____. **PMDB:** Luiz Paulo Conde ficará com FURNAS. 2007. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1529454-5601,00.html.

ALMEIDA, Rodrigo De. **À sombra do poder**. São Paulo: Leya, 2016.

ALTINO, Lucas. **Eduardo Cunha:** carreira recheada de polêmicas. 2013. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2013/05/14/eduardo-cunha-carreira-recheada-de-polemicas>. Acesso em: 04/12/16.

ALVES, Cíntia. **A incrível capacidade de Eduardo Cunha de arrecadar fundos para o PMDB**. 2015. Disponível em: http://jornalggn.com.br/noticia/a-incrivel-capacidade-de-eduardo-cunha-de-arrecadar-fundos-para-o-pmdb.

_____. **Há 15 anos o Globo denunciava pagamento de propina a Eduardo Cunha na Cehab**. 2015. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/ha-15-anos-o-globo-denunciava-pagamento-de-propina-a-eduardo-cunha-na-cehab.

AZEVEDO, Reinaldo. **Temer na coordenação política é um impeachment parcial**. 2015. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/temer-na-coordenacao-politica-e-um-impeachment-parcial-de-dilma-ou-o-ministerio-mais-importante-esta-com-levy-o-segundo-mais-importante-com-o-pmdb/>.

BARROCAL, André. Eduardo Cunha chegou lá. 2015. Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/revista/835/empresario-da-politica-6226.html.

BENITES, Afonso. **Dilma se refugia no clã dos Picciani para retomar força no Congresso**. 2015. Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/24/politica/1445638042_117201.html.

BOMFIM, Camila. **Líder do governo no Senado, Delcídio do Amaral é preso pela polícia federal**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/11/delcidio-amaral-senador-do-pt-e-preso-pela-policia-federal.html.

_____. **Suíça envia para o Brasil apuração sobre conta de Eduardo Cunha**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/09/suica-envia-para-o-brasil-apuracao-sobre-conta-de-eduardo-cunha.html.

BORGES, Rodolfo. **Acuado, Cunha acolhe pedido de impeachment contra Dilma Rousseff**. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/12/02/politica/1449089233_244586.html.

BRAGON, Renier. **Bancada petista decide votar contra Cunha no Conselho de Ética da Câmara**. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1713918-bancada-petista-decide-votar-contra-cunha-no-conselho-de-etica-da-camara.shtml.

BRAMATTI, Daniel. **Simpatizantes do PT têm queda recorde e partido deixa de ser o preferido entre jovens**. 2015. Disponível em: http://blog.estadaodados.com/simpatizantes-do-pt-tem-queda-recorde-e-partido-deixa-de-ser-o-preferido-entre-jovens/.

CALAZANS, Ricardo. **Ascensão e queda de Eduardo Cunha, um dos políticos mais poderosos do país**. 2016. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/04/160417_perfil_cunha_calazans.

CALGARO, Fernanda. **Filha de Bicudo entrega complemento do pedido de impeachment.** 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/filha-de-bicudo-entrega-complemento-do-pedido-de-impeachment-cunha.html.

_____. **PSOL entra com representação no Conselho de Ética contra Cunha**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/psol-entra-com-representacao-no-conselho-de-etica-contra-cunha.html.

CAPELO, Rodrigo. **O que diz o pedido de impeachment de Hélio Bicudo para o impeachment da presidente Dilma Rousseff.** 2015. Disponível em: http://epoca.globo.com/tempo/noticia/2015/12/o-que-diz-o-pedido-de-helio-bicudo-para-o-impeachment-da-presidente-dilma-rousseff.html.

CARDOSO, Fernando Henrique. **O ponto a que chegamos**. 2015. Disponível em: http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,o-ponto-a-que-chegamos,1701342.

CASTRO, Fernando. **Justiça Federal condena ex-deputado federal André Vargas na Lava Jato**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/justica-federal-condena-ex-deputado-federal-andre-vargas-na-lava-jato.html.

CHAGAS, Paulo Victor. **PMDB apresenta documento com propostas para recuperação da economia**. 2015. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-10/pmdb-critica-excessos-economicos-do-governo-e-aumento-de-impostos.

CURY, Anay. **Inflação oficial fica em 10,67% em 2015, a maior desde 2002**. 2016. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2016/01/inflacao-oficial-fica-em-1067-em-2015.html.

DEARO, Guilherme. **PSDB articula impeachment com Temer nos bastidores**. 2015. Disponível em: http://exame.abril.com.br/brasil/psdb-articula-impeachment-com-temer-nos-bastidores/.

DECAT, Erich. **Parte do PMDB sonda tucanos sobre gestão Temer**. 2015. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,parte-do-pmdb--sonda-tucanos-sobre-gestao-temer,1718973.

DE GOIS, Chico. **Processo contra Eduardo Cunha por improbidade é arquivado**. 2015. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/processo-contra-eduardo-cunha-por-improbidade-na-cehab-arquivado-14994606 Acesso em: 04/12/16.

DIAS, Marina. **Reforma ministerial cria tensão na esplanada**. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1674141-reforma-ministerial-cria-tensao-na-esplanada.shtml.

DUALIBI, Júlia. **O plano Temer**. 2015. Disponível em: http://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-plano-temer/.

ESTADÃO. **Cunha:** Dilma pediu aprovação da CPMF em troca de votos do PT no Conselho de Ética. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2015/12/03/cunha-dilma-pediu-aprovacao-da-cpmf-em-troca-de-votos-do-pt-no-conselho-de-etica.htm.

ESTADÃO. **Estadão diz que reforma ministerial pode não evitar impeachment.** Opinião, 2015. Disponível em: http://www.luminota.com/pt-br/Estad%C3%A3o-diz-que-reforma-ministerial-pode-n%C3%A3o-evitar-impeachment/.

FELLET, João. Governo e oposição dão 'abraço dos afogados' diz Janine. 2015. Disponível em: http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/10/151026_entrevista_janine_jf.

GALINDO, Rogério Waldrigues. **Eduardo Cunha impediu que Sílvio Santos fosse presidente do Brasil**. 2016. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/blogs/caixa-zero/eduardo-cunha-impediu-que-silvio-santos-fosse-presidente-do-brasil/> Acesso em: 04/12/16.

G1. **CPMF:** relembre as investidas do governo para prorrogar o imposto. 2007. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL201016-9356,00-CPMF+RELEMBRE+AS+INVESTIDAS+DO+GOVERNO+PARA+PRORROGAR+O+IMPOSTO.html.

G1. **Delcídio:** mudanças em Furnas deram início a conflito entre Dilma e Cunha. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2016/03/delcidio-mudancas-em-furnas-deram-inicio-conflito-entre-dilma-e-cunha.html>.

G1. **Dólar opera em alta e passa dos R$ 4 pela primeira vez na história**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2015/09/dolar-cotacao-de-22-09-15.html.

G1. **Governo propõe volta da CPMF para financiar Previdência Social**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/governo-propoe-volta-da-cpmf.html.

G1. **Tesoureiro do PT é preso em casa na nova etapa da Operação Lava Jato**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/operacao-lava-jato/noticia/2015/04/tesoureiro-do-pt-e-preso-na-12-etapa-da-operacao-lava-jato.html.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 10. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

GOIS, Ancelmo. **Empresário acha que Dilma errou ao demitir Moreira Franco, jogando-o na 'conspiração'**. 2015. Disponível em: http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/empresario-acha-que-dilma-errou-ao-demitir-moreira-franco-jogando-o-na-conspiracao.html.

GOMIDE, Raphael. **Por Furnas, PMDB muda projeto da CPMF**. 2007. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0208200708.htm>.

INFOGRÁFICOS. **Como a crise política chega a 2016.** 2016. Disponível em: http://www.estadao.com.br/infograficos/politica,como-a-crise-politica-chega-a-2016,527913.

JORNAL NACIONAL. **PMDB divulga documento com críticas e propostas econômicas.** 2015. Disponível em:http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/10/pmdb-divulga-documento-com-criticas-e-propostas-economicas.html.

_____. **Presidente da Câmara rompe com o governo Dilma e vai para a oposição**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2015/07/presidente-da-camara-rompe-com-o-governo-dilma-e-vai-para-oposicao.html.

JUSTI, Adriana. **José Dirceu é preso na 17ª fase da Operação Lava Jato**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/08/com-40-mandados-judiciais-pf-cumpre-17-fase-da-lava-jato.html.

KANIAK, Thais. **Vaccari e Duque são condenados por corrupção e lavagem de dinheiro**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2015/09/vaccari-e-duque-sao-condenados-por-corrupcao-e-lavagem-de-dinheiro.html.

KRAKOVICS, Fernanda. **Cunha e governo negociam acordo por salvação de ambos**. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/cunha-governo-negociam-acordo-por-salvacao-de-ambos-17779545.

_____. **Governo recua após derrotas na Câmara e desiste de isolar Eduardo Cunha**. 2014. Disponível em: http://oglobo.globo.com/brasil/governo-recua-apos-derrotas-na-camara-desiste-de-isolar-eduardo-cunha-12874857.

LIMA, Daniela. **No auge da crise em 2015, Michel Temer se encontrou com Aécio**. 2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/02/1737643-no-auge-da-crise-em-2015-michel-temer-se-encontrou-com-aecio.shtml.

_____. **Temer diz que se continuar assim fica difícil Dilma concluir mandato**. 2015. Diponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/09/1677583-temer-diz-que-se-continuar-assim-fica-dificil-dilma-concluir-mandato.shtml.

LOURENÇO, Luana. **Jaques Wagner rebate acusações e diz que quem mentiu foi Cunha**. 2015. Disponível em: http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2015-12/jaques-wagner-rebate-acusacoes-e-diz-quem-quem-mentiu-foi-cunha.

MAQUIAVEL, Nicolau. **Discurso sobre a primeira década de Tito Lívio**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____. **O príncipe**. Trad. de Antonio Caruccio-Caporale. São Paulo: L&PM Editores: Porto Alegre, 2011.

MARTELLO, Alexandro. **Governo anuncia pacote de corte de gastos e propõe volta da CPMF**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/09/governo-anuncia-bloqueio-de-gastos-no-orcamento-de-2016.html.

MATOSO, Felipe. **Dilma anuncia redução de 39 para 31 pastas na reforma ministerial**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/dilma-anuncia-reducao-de-39-para-31-pastas-na-reforma-ministerial.html.

_____. **Dilma recebe Temer e Lula para definir reforma ministerial**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/09/dilma-recebe-temer-no-alvorada-para-definir-reforma-ministerial.html.

_____. **PMDB adiou para março reunião que discutiria saída do governo, diz Raupp**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/vice-do-pmdb-anuncia-adiamento-do-encontro-extraordinario-do-partido.html.

_____. **Reforma ministerial dá 'mais equilíbrio' à coalizão de governo, diz Dilma**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/10/reforma-ministerial-da-mais-equilibrio-coalizao-de-governo-diz-dilma.html.

MOTA, Camila Veras. **PIB cai 3,8% em 2015, pior retração desde 1990**. 2016. Disponível em: http://www.valor.com.br/brasil/4464366/pib-cai-38-em-2015-pior-retracao-desde-1990.

NETO, Lira. **Getúlio.** Dos anos de formação à conquista do poder (1882-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio.** Do Governo Provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **Getúlio.** Da volta pela consagração popular ao suicídio (1945-1954). São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

PASSARINHO, Natália. **Em Congresso do PMDB, Temer é recebido com gritos de 'presidente'**. 2015. Disponível em: http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/11/liderancas-defendem-que-pmdb-nao-se-atrele-programa-do-pt-e-tenha-voz-propria.html.

PRADO, Thiago. **A ascensão dos Picciani**. 2015. Disponível em: http://veja.abril.com.br/brasil/a-ascensao-dos-picciani/.

REUTERS. **Indicação de Conde para Furnas deve facilitar tramitação da CPMF**. 2007. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/economia/indicacao-de-conde-para-furnas-deve-facilitar-tramitacao-da-cpmf-4165408>.

ROSA, Vera. **Propaganda de Temer surpreende governo**. 2015. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,propaganda-de-vice-surpreende-governo--imp-,1769362.

ROSENFIELD, Denis Lerrer. **Reforma e crise**. 2015. Disponível em: http://oglobo.globo.com/opiniao/reforma-crise-17680748.

SADI, Andreia. **PMDB ignora Dilma em nova propaganda na TV**. 2015. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/02/1594926-pmdb-ignora-dilma-em-nova-propaganda-na-tv.shtml.

SECCO, Lincoln. **História do PT**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

SERRÃO, Jorge. **Conde pode perder Furnas porque Dilma rejeita lobbies do deputado Eduardo Cunha para obras bilionárias**. 2007. Disponível em: http://www.alertatotal.net/2007/08/conde-pode-perder-furnas-porque-dilma.html

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SILVA, Aparecido. **Geddel Vieira deflagra movimento por rompimento**. 2015. Disponível em: http://www.tribunadabahia.com.br/2015/07/23/geddel-vieira-lima-deflagra-movimento-por-rompimento.

SOUZA, Jessé. **A radiografia do golpe**. São Paulo: Leya Brasil, 2016.

SOUZA, Nivaldo. **Congresso eleito é o mais conservador desde 1964, afirma Diap**. 2014. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,congresso-eleito-e-o-mais-conservador-desde-1964-afirma-diap,1572528.

TALENTO, Biaggio. **Reforma ministerial desgasta o PMDB, diz Geddel**. 2015. Disponível em: http://atarde.uol.com.br/politica/noticias/1716267-reforma-ministerial-desgasta-o-pmdb-diz-geddel-premium.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **Lembranças de 1848**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

VALOR. **Lula cede ao PMDB e nomeia Luiz Paulo Conde para a presidência de Furnas**. 2007. Disponível em: http://noticias.uol.com.br/economia/ultnot/valor/2007/08/01/ult1913u73379.jhtm.

VENCESLAU, Pedro. **Impeachment volta para a agenda do Congresso**. 2015. Disponível em: http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,impeachment-volta-para-a-agenda-do-congresso,1732404.

MARX, Karl. **18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.